



Relatório Institucional

2021

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
SCS, QD 01 Bloco L, 13º Andar, cobertura, Ed. Márcia, Brasília/DF – CEP: 70.307-900
Telefone: +55 (61) 3212-0200 E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br
Publicado no Brasil. Conteúdo disponível na Internet.

O Inesc em Números | 2021

Alcance	Alcançamos 57.986 mil pessoas , sendo 53% mulheres , em 615 atividades.
Público diretamente atendido pelo Inesc em 2021: 818 crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo 63% mulheres .	Formamos 90 crianças e adolescentes de escolas públicas em Orçamento e Direitos. <u>Projeto Onda</u> , sendo 63% mulheres.
	Formamos 184 pessoas em Orçamento e Direitos de organizações e movimentos sociais, sendo 70% de mulheres.
	Sensibilizamos em Orçamento e Direitos 442 lideranças de organizações e movimentos sociais , sendo 63% de mulheres .
	Formamos 48 militantes LGBTQIAP+ em atividades culturais, sendo 31% negros . <u>Projeto Lacre</u>
	Trabalhamos com 54 jovens periféricos com a pauta de direito à cidade, sendo 54% mulheres e 57% negros/as . <u>Projeto Juventudes nas Cidades- Fortalecendo o Corre</u>
Campanhas promovidas pelo Inesc ou que contaram com ativa participação do Inesc	Escola dos Sonhos: campanha lançada pelo Inesc no Dia da Escola, 15 de março, no âmbito do projeto Onda. Precedida por oficinas e lives, a iniciativa também contou com outras atividades, como rodas de conversa com organizações estudantis e poder público sobre o modelo de educação atual e seus obstáculos.
	Alerta: associação de organizações da sociedade civil que denunciou o governo federal sobre os desmandos em relação ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.
	Só acredito vendo: campanha na defesa de maior transparência nos gastos tributários
	E fora dos stories, como está a educação? Campanha na defesa do direito à educação.
	Campanha Fora Bolsonaro: campanha na defesa do impeachment de Bolsonaro por meio de protocolo de pedido de pedidos de impedimento no Congresso Nacional e amplas manifestações de rua.

Incidências

Realizamos, com outros, **112 incidências** em âmbitos distrital, local, nacional e internacional e obtivemos **38 resultados positivos**, podendo-se destacar:

A atuação da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político junto ao Congresso Nacional contribuiu para que o “Distritão” não fosse aprovado e para que os votos dados a mulheres e pessoas negras sejam contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral nas eleições de 2022 a 2030.

A atuação da Campanha a Renda Básica que Queremos junto ao Congresso Nacional contribuiu para que fosse aprovada legislação que beneficia familiares de profissionais de saúde que faleceram durante a pandemia da Covid-19.

A atuação do Alerta contribuiu para que dados produzidos pela coalizão subsidiassem o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid e fosse levado em consideração pela Tribunal de Contas da União (TCU).

A atuação do Inesc no âmbito do Forus contribui para levar a mensagem no Finance in Comum da necessidade de levar em consideração os direitos humanos e a participação social nos projetos de desenvolvimento.

A atuação do Inesc contribuiu para que o IFC do Banco Mundial decidisse rever sua atuação no financiamento de um projeto em Miritituba, Pará.

Inesc, com outros, entregou para parlamentares europeus carta sobre o Acordo UE-Mercosul, a carta foi lida por uma Parlamentar no Congresso europeu.

Inovações

Em 2021 promovemos algumas inovações nas nossas formas de trabalhar, podendo-se destacar:

Do ponto de vista da gestão de projetos, inovamos ao implementar mecanismos de acompanhamento do empenho dos recursos concomitantemente à realização de reuniões regulares entre a gerente financeira e as assessoras responsáveis pelos projetos. Esse processo contribuiu para que os gastos fossem mais eficientes e tempestivos.

Do ponto de vista da agenda programática pela primeira vez realizamos uma pesquisa de opinião, em parceria com a Vox Populi, de representatividade nacional, sobre os impactos da pandemia na educação, especialmente o ensino médio. Também inovamos ao desenvolver metodologia específica que possibilita calcular quanto custa um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de modo a subsidiar os movimentos indígenas na identificação de fontes de financiamento. Fomos ainda ousados na construção de uma agenda que avalia a política monetária na perspectiva dos direitos humanos com o intuito de subsidiar organizações e movimentos sociais

Expediente

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandelv
Pedro de Carvalho Pontual
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar Oliveira
Mário Lisbôa Theodoro

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Ana Carolina Soares
Lívia Alcântara
Sílvia Alvarez
Thais Vivas

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Gabriela Nepomuceno
Leila Saraiva
Livi Gerbase
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Cássia Cristina Pinheiro Lopes
Victor Queiroz

Apoio Institucional

Actionaid
Avina America - Fundo Pulsante
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF - Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway

Sumário

Palavras do Colegiado de Gestão	9
1. Introdução	12
2. O Inesc e a pandemia da Covid-19	14
3. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos	17
3.1 A formação de crianças e adolescentes.....	17
3.1.1 Onda	17
3.1.2 Formação de meninas ativistas pela educação.....	18
3.2 A formação e sensibilização de lideranças em Orçamento e Direitos	19
3.2.1 Formação de jovens indígenas e quilombolas.....	19
3.2.2 Formação de lideranças de movimentos sociais em royalties minerais e hídricos.....	19
3.2.3 Formação Mobiliza Japeri, Baixada Fluminense	20
3.2.4 Sensibilização em Orçamento e Direitos de lideranças de bibliotecas comunitárias.....	20
4. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.....	21
4.1 O monitoramento do Orçamento Geral da União.....	21
4.2 O desafio de articular a política fiscal com a política monetária na perspectiva dos direitos humanos	22
4.3 A divulgação do orçamento público	23
4.4 A incidência na defesa dos direitos sociais e ambientais.....	23
4.4.1 Saúde.....	23
4.4.2 Educação	24
4.4.3 Socioambiental	25
4.4.4 Povos Indígenas	29
4.4.5 Quilombolas/Igualdade Racial	30
4.4.6 Equidade de Gênero.....	32
4.4.7 Direitos da Criança e do Adolescente	32
4.4.8 Projeto Brasil Popular	33
5. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político	35

6. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades	36
6.1 O direito ao transporte público	37
6.2 A luta por um DF inclusivo – Agenda 10 DF	37
6.3 A contribuição na criação de capacidades em juventudes periféricas	38
6.3.1 Projeto Lacre	38
6.3.2 Projeto Corre – Juventudes nas Cidades	38
7. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.....	40
7.1 Monitorando as Instituições Financeiras Internacionais	40
7.2 Justiça Fiscal e Transparência.....	41
7.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	42
7.4 Negociações de clima	43
7.5 Acordos de cooperação Mercosul – União Europeia e Efta – União Europeia.....	44
7.6 O Inesc e Forus.....	45
8. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade ..	46
8.1 O Inesc nas mídias sociais.....	46
8.2 O Inesc na grande mídia	46
8.3 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos.....	47
9. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos	48
9.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada	48
9.2 PMAAS (Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem e Sistematização): elaborando o novo plano estratégico	48
9.3 Combatendo as desigualdades salariais e raciais.....	48
9.4 Aperfeiçoando a gestão	49
9.5 Contribuindo para a formação da equipe	50
9.6 Buscando inovar	50
Considerações finais – Desafios para 2022.....	51
Anexo 1 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional	53
Anexo II – Resultados alcançados em 2021	55

Lista de siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Alepa – Assembleia Legislativa do Pará
Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Apoime – Articulação dos Povos e Comunidades Indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular
Cfem – Compensações Financeiras pela Exploração Mineral
Cfurh – Compensações Financeiras De Recursos Hídricos
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CNS - Conselho Nacional de Saúde
Conaq - Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COP - Conferência das Partes
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito,
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
DF – Distrito Federal
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EFTA – European Free Trade Association, Associação Europeia de Comércio Livre que reúne Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein
ETF – Energy Transition Fund
UE – União Europeia
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOPIR – Fórum Permanente de Igualdade Racial
FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONGs
Funai - Fundação Nacional do Índio
GCB - Grupo Carta de Belém
GDF –Governo do Distrito Federal
GT – Grupo de Trabalho
IBP – International Budget Partnership
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFC – Corporação Financeira Internacional
IFI – Instituições Financeiras Internacionais
INA – Associação de servidores da Funai Indigenistas Associados
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na sua sigla em inglês
ISA – Instituto Socioambiental
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais

Palavras do Colegiado de Gestão

A pandemia da Covid-19 assumiu dimensões dramáticas em 2021, chegando a mais de 4 mil mortes por dia em abril. Entre janeiro e maio, o número de pessoas que morreram em decorrência da doença, de pouco mais de 227 mil, foi semelhante ao observado para todo o ano de 2020. Com isso, o Brasil chegou em dezembro com cerca de 620 mil pessoas mortas pelo Sars-Cov-2.

Essa situação calamitosa resultou de um conjunto de fatores, mas, essencialmente, da atuação do governo federal que não buscou enfrentar a doença, ao contrário, se esmerou em deixar que se espalhasse. A lista de entraves é extensa: não foram implementadas medidas adequadas de distanciamento social; não houve recursos suficientes para proteção do emprego e da renda dos trabalhadores, especialmente dos empobrecidos, o que resultou em aglomerações; não houve compra tempestiva de vacinas e nem plano adequado de imunização; não foi realizada campanha nacional de esclarecimento sobre a doença e os cuidados necessários para contê-la; e, mais do que isso, houve sistemática desinformação e veiculação de notícias mentirosas pelas autoridades nacionais, inclusive o Ministro da Saúde.

Os absurdos chegaram a tal ponto que o Senado Federal, em abril, abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, a “CPI da Covid”, para investigar gastos e omissões do governo federal em relação à pandemia. A CPI se estendeu até outubro e acabou com mais de 80 indiciados, entre eles, o presidente Bolsonaro. Ao chefe do executivo federal são atribuídos os crimes de infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; crimes contra a humanidade; violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo, entre outros. O relatório final da Comissão foi entregue à diversas autoridades, mas ainda sem resultados concretos.

O cenário se agravou em decorrência da crise econômica associada a uma elevação generalizada de preços. As respostas do Banco Central e do governo federal têm sido subir a taxa de juros, aumentando a recessão, e promover substantivos cortes orçamentários das principais políticas públicas. O resultado dessas desastrosas medidas é um número enorme de pessoas desempregadas e subutilizadas assim como o aumento da fome, da miséria e da pobreza.

A desorganização das instituições federais se estendeu às políticas culturais, sociais e ambientais. Com amplo apoio do Congresso Nacional, especialmente dos partidos da base aliada agrupados no chamado Centrão, conseguido por meio de vultosas emendas parlamentares, o governo Bolsonaro está operando uma verdadeira terra arrasada.

A situação só não foi pior porque, apesar do governo federal e graças aos estados e municípios, cerca de 90% da população brasileira havia recebido ao

menos uma dose de vacina no final de 2021 e dois terços das pessoas encontravam-se imunizadas com duas doses.

Foi também um ano difícil para o meio ambiente e a sociobiodiversidade brasileiras, com grande expansão do desmatamento, especialmente na Amazônia, muitas queimadas no Cerrado e aumento da grilagem de terras públicas e de territórios indígenas. Em Brasília, as bancadas do governo e as do agronegócio e da mineração aprovaram no Congresso Nacional vários projetos de lei contrários ao meio ambiente, sem levar em conta o agravamento da crise hídrica e do aquecimento global. Além disso, o Executivo promoveu um verdadeiro desmonte das instituições ambientais e daquelas voltadas para os povos indígenas e quilombolas.

Em março, o cenário político foi profundamente alterado com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular todas as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, relacionadas à Operação Lava-Jato. A decisão tornou Lula elegível novamente. Ainda que desponte como favorito para as eleições de 2022, o sucesso não está dado. As forças retrogradadas ocupam lugares estratégicos. Um exemplo disso é que apesar de mais de 100 pedidos de impeachment contra Jair Bolsonaro, o Congresso Nacional faz vista grossa, sendo conivente com os crimes de responsabilidade do Presidente da República. A aliança nefasta entre fisiologismo político e ultra-neoliberalismo que blinda o governo tem como resultado um país à deriva economicamente, socialmente e ambientalmente.

É em oposição a essa realidade que centenas de milhares de pessoas foram às ruas em diferentes momentos do ano para manifestar sua indignação e lutar pelo fim do governo Bolsonaro, unidas nas exigências de vacina no braço, comida no prato e o Auxílio Emergencial a 600 reais. Além disso, existem importantes setores da sociedade civil brasileira bastante mobilizados – como os movimentos negro, de mulheres, de criança e adolescente, indígenas, quilombolas, do campo e da cidade, entre outros – que conseguem manifestar-se e promover denúncias em relação aos ataques perpetuados pelos setores conservadores e de extrema direita em uníssono com o governo.

O Inesc fez parte das mobilizações populares integrando iniciativas relevantes como a campanha Fora Bolsonaro, Respira Brasil e Alerta. E, atuou muito próximo dos movimentos sociais nas ações de resistência para barrar tanto o desmonte das políticas públicas como o agravamento de processos de exclusão como o racismo, o machismo, a aporofobia e a LGBTfobia.

No cenário internacional, os horizontes são igualmente pouco alvissareiros. Apesar de Donald Trump ter perdido as eleições nos Estados Unidos, a fragilização da agenda de direitos continuou se consolidando no resto do mundo. A expressão mais cruel desse quadro é a desigualdade observada na vacinação contra a Covid-19: enquanto os países desenvolvidos tinham sua população imunizada, no continente africano menos de 10% dos habitantes haviam sido vacinados no final de 2021.

No campo ambiental, o aquecimento global vem apresentando a conta com o aumento dos eventos extremos e suas terríveis consequências, especialmente para as pessoas empobrecidas. Em agosto, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas publicou seu aguardado relatório, apontando a inequívoca responsabilidade humana no aquecimento do planeta. De acordo com o relatório, somente uma redução drástica nas emissões de gases de efeito estufa poderá fazer a temperatura média da Terra se manter dentro da meta até o final do século. Contudo, não foi nessa direção que caminhou a COP 26, realizada em Glasgow, onde prevaleceram os interesses dos países ricos e das empresas privadas.

Vivemos tempos difíceis, aqui e alhures. As ONG e, especialmente, os movimentos sociais, estão seriamente ameaçados no Brasil assim como está sub judice a democracia. Mais do que nunca precisaremos da solidariedade internacional para nos manter ativos e altivos nas lutas por direitos e por justiça social. Precisaremos, ainda, e com o apoio das tecnologias disponíveis, nos comunicar, ampla e constantemente, com a sociedade para debater a importância dos direitos humanos e dos valores como os de liberdade, igualdade e fraternidade para a consolidação de um país justo e inclusivo.

O ano de 2022 será crucial para eliminar o fascismo do executivo nacional. Teremos como tarefa central a mobilização em torno da Federação Partidária que reúne PT, PSB e PCdoB para que Lula ganhe no primeiro turno. Não será fácil, pois muitas tensões e contradições perpassam o campo popular, próprias desses momentos nebulosos que nos caracterizam.

O Inesc, com outros, continuará a atuar com firmeza, aproveitando as brechas e as contradições existentes bem como irá se alimentar da energia positiva que emana da sociedade civil organizada do campo democrático e popular. E isso também no cenário internacional, especialmente por meio da atuação da presidência do Forus International.

Assim, convidamos a todas, todos e todes para que nos acompanhem nesta jornada: analisem o que fizemos em 2021 a partir da leitura deste relatório e nos ajudem a aprimorar nossos resultados com suas reflexões, críticas e sugestões.

Desde já agradecemos a atenção!

Iara Pietricovsky e José Antônio Moroni

Colegiado de Gestão do Inesc

1. Introdução

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade".

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o Instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2021 foi de transição, pois nos dedicamos a elaborar o novo plano estratégico para o período 2022 a 2025. Assim, nossas ações ainda foram orientadas pelo Plano Quadrienal vigente. Apesar da conjuntura peculiar imposta pelas consequências da pandemia da Covid-19, conseguimos executar nosso plano a contento.

Nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e sete objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamentos e Direitos*; (2) Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos; (3) Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político; (4) Promover o direito às cidades; (5) Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas; (6) Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade; e, (7) Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 16 **resultados** que são medidos a partir de 39 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar a luta por direitos humanos. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Instituto já possui expertise: Criança e Adolescente, Juventudes, Igualdade Racial, de Gênero e de Identidade de Gênero, Democracia, Educação, Saúde, com ênfase em acesso a medicamentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e Mobilidade Urbana; b) formar, em âmbito

nacional e internacional, crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2021, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 20 (vinte) organizações entre fundações e agências da cooperação solidária internacional bem como da União Europeia. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 10 milhões e contamos com uma reserva de cerca de R\$ 3,5 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 32 profissionais, incluindo direção, assessoria, área administrativo-financeira e as/os estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (72%).

Continuamos investindo energia na captação de recursos junto a indivíduos e para tal fizemos novas experiências por meio das nossas campanhas, por exemplo. Trata-se de um processo lento, mas avaliamos que com o novo site e a nova identidade visual, que foram lançados no final de 2018, nossa interação com nossos apoiadores vem crescendo.

Avançamos também na medição do andamento dos nossos resultados, aprimorando nossos mecanismos de Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem e Sistematização (PMAAS). Passamos por formações em objetivos orientados à resultados e aprimoramos nosso sistema virtual de registro de informações relevantes para o monitoramento das nossas metas. No anexo deste Relatório encontra-se o nosso Quadro Lógico atualizado para 2021.

Para atendermos os requisitos de transparência e *accountability* disponibilizamos as informações institucionais na nossa página eletrônica na internet (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projeto e apoiadores, entre outras informações). Possuímos ainda e-mail institucional por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco solicitando informações, apresentando sugestões ou encaminhando queixas e reclamações.

A seguir, apresentamos como nos organizamos para enfrentar os impactos da Covid-19 assim como os resultados alcançados em 2021 em torno dos sete objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

2. O Inesc e a pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 se agravou em 2021, alcançando a trágica marca de 600 mil pessoas mortas, o que nos obrigou a permanecer em teletrabalho. Com a impossibilidade de viajar e de realizar atividades presenciais continuamos atuando de maneira virtual. Felizmente contamos com a compreensão dos nossos doadores e pudemos adequar nossa atuação à realidade do contexto imposto pela pandemia. Assim, demos continuidade a realização de eventos e formações *online* mas, para tal foi necessário em muitos casos oferecer acesso à internet (por meio de recargas ou de chips de celular, por exemplo), pois grande parte do nosso público não possui recursos para permanecer conectado. Reorganizamos projetos buscando apoiar a atuação dos movimentos sociais parceiros nos seus territórios, principais vítimas da Covid-19. Adquirimos plataformas e ferramentas para o trabalho à distância e celebramos parcerias com organizações especialistas em formação baseada na educação popular como o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e a Escola de Ativismo e Maurício Virgulino na área de arte-educação e educomunicação.

Demos seguimento a nossas atividades de incidência na defesa dos direitos das pessoas mais afetadas pelo Sars-Cov-2, especialmente dos povos indígenas e quilombolas. O papel do Inesc foi o de contribuir para qualificar o debate produzindo e divulgando informações que revelaram o descaso do poder público em relação a essas comunidades, especialmente mostrando os expressivos cortes orçamentários e o desmonte das instituições públicas voltadas para esse público.

Em maio de 2020 um conjunto de organizações e movimentos publicou um “Alerta” à sociedade e ao governo registrando que estávamos coletando provas para denunciar o governo Bolsonaro por genocídio. Essa iniciativa, batizada de **Alerta**, reúne doze entidades¹, o Inesc integra sua coordenação. Em 2021 continuamos coletando provas produzindo informações sobre a pandemia e a política genocida do governo Bolsonaro, responsabilizando pessoalmente o presidente da República.

¹ As instituições que assinam a nota são: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Oxfam Brasil, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Anistia Internacional, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed/RJ), Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).



O grupo Alerta apresentou denúncia crime junto ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU) contra a gestão da pandemia pelo Ministério da Saúde. Esta denúncia foi aceita pelo TCU e não andou no Ministério Público. Sabemos que existem blindagem ao governo por parte da MPF.

Com a instalação, por determinação do STF, da CPI da Covid no Senado as estratégias do Alerta se voltaram para a incidência neste espaço. Foi elaborado um estudo sobre mortes evitáveis que foi apresentado na CPI no dia 24 de junho por Jurema Werneck, Diretora Executiva da Anistia Brasil, em nome do Alerta. A pesquisa, intitulada “Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil”² mostra que milhares de vidas poderiam

ter sido evitadas caso o Brasil tivesse implementado medidas preventivas amplas, como as recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Note-se que no Relatório Final da CPI da Covid, o Inesc é citado sobre a saúde dos povos indígenas.

O Inesc participou de diversas iniciativas de protesto contra as mortes desnecessárias por Covid-19 como o ato com bandeiras brancas fixadas no gramado na frente ao Congresso Nacional ou ainda a Campanha Omissão Não é Política Pública.

Também participamos ativamente da **Campanha Fora Bolsonaro**. A campanha começou a se estruturar no final de 2019 partindo de uma avaliação que a agenda do governo Bolsonaro era de destruição. Destruição da democracia, das políticas públicas conquistadas nos últimos anos, incluindo a capacidade do Estado em executar estas políticas.

Com a pandemia a Campanha assumiu o lema “Comida no prato, vacina no braço, Fora Bolsonaro”. A estratégia da campanha em 2021 foi a de organizar grandes atos de rua (29 de maio, 19 de junho, 24 de julho, 03 de agosto, 07 de setembro, 02 de outubro e 20 de novembro). Estes atos mobilizaram milhões de pessoas em todo o país. Mas com o passar do tempo foram perdendo força em parte porque foi ficando claro que as instituições, o Legislativo e o Judiciário, não iriam tirar Bolsonaro do poder e, também, porque a Campanha foi se associando a outras lutas das organizações e movimentos sociais como a fome, preço da luz e da gasolina, despejo zero, entre outras.

Durante o ano de 2021 a campanha articulou vários pedidos de impeachment que contaram com a assinatura do Inesc. Além disso, informações produzidas por nós constaram das argumentações que fundamentaram pedidos de impedimento de Bolsonaro. A Campanha teve ainda papel importante na luta

² A esse respeito ver: <https://alerta.org.br>

pelo Auxílio Emergencial a 600 reais. O Inesc, que integra a coordenação nacional da campanha, fez a ponte entre as campanhas Fora Bolsonaro e Renda Básica que Queremos.

No que diz respeito à campanha **A Renda Básica que Queremos**, após a conquista em 2020 do Auxílio Emergencial de 600 reais, iniciamos 2021 sem nenhum tipo de auxílio específico para amenizar os efeitos da pandemia. Em março de 2021 com a Medida Provisória (MP) 10.039/21 o governo criou um novo auxílio a ser pago a partir de abril, com novos valores e regras, prejudiciais aos empobrecidos. O benefício era de menor valor e por um período mais curto. Em agosto o governo prorrogou este auxílio até outubro de 2021 quando o programa Bolsa Família foi extinto e colocado no lugar o Auxílio Brasil sobre o qual muito pouco se sabe. Com isso o governo Bolsonaro, além de extinguir um dos programas de transferência de renda mais bem avaliados do mundo, jogou a população mais vulnerável a uma incerteza total em relação ao futuro.

A campanha A Renda Básica que Queremos, cuja coordenação o Inesc integra, passou o ano de 2021 articulando várias manifestações e incidências para amenizar os efeitos do fim do Auxílio Emergencial no valor de 600 reais e ampliar os valores e alcance do novo auxílio. Contudo, ao contrário de 2020, encontramos um ambiente hostil no Parlamento com alegações de falta de espaço fiscal para novos gastos com transferência de renda. Com isso, a Campanha construiu diálogos diretos com os beneficiários do Auxílio, principalmente com aqueles que ficaram de fora da cobertura do benefício; foram também realizadas atividades de incidência junto ao Executivo e ao Judiciário para ampliar o alcance do programa. Obtivemos uma vitória com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que decretou o pagamento da Renda Básica pelo governo federal em 2022. Esta decisão do STF foi provocada pela Defensoria Pública da União que, com apoio da Campanha, levou o caso até a suprema corte.

Seguindo a estratégia de atuação em redes e coletivos, o Inesc integrou o grupo operativo da iniciativa **Respira Brasil**, que conjuga organizações religiosas de diversas matrizes – cristãs, muçulmanas, matriz africana, judaica, entre outras –, além de movimentos sociais, como o MST, para atuar na conjuntura da pandemia Covid-19, que já fez mais de 600 mil vítimas fatais no país. O Respira Brasil organizou atos públicos virtuais e presenciais visando conscientizar a população sobre o genocídio em curso, além de trazer temas como impactos nas famílias, vulnerabilidade dos sobreviventes (ausência de políticas de proteção social), orfandade de crianças neste contexto, entre outros.

3. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos

3.1 A formação de crianças e adolescentes

3.1.1 Onda

Em 2021 o Inesc formou **90 crianças e adolescentes** em Orçamento e Direitos por meio do projeto Onda, sendo 63% meninas. O Onda é uma iniciativa do Inesc que visa introduzir os temas dos direitos humanos e do orçamento público nas escolas públicas do Distrito Federal, por meio de ações educativas e culturais. Para isso, são oferecidos cursos sobre mediação de conflitos, aulas de arte e dança, oficinas de poesia, festivais de música, rodas de conversa, entre outras atividades, sempre visando fortalecer a capacidade de atuação dos/as jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles/as destinadas. Em 2021, o Onda atuou nas escolas Centro Educacional 01 (Paranoá) e Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns (Itapoã).

Em função do agravamento da pandemia da Covid-19 tivemos que manter as formações à distância. Como nosso público é constituído por pessoas com poucos recursos financeiros, foi necessário apoiá-los no acesso à internet.

Realizamos reuniões com a equipe pedagógica das escolas: direção, orientação, coordenação e corpo docente com objetivo de organizar turmas adequando esses horários ao cronograma da escola de modo a evitar qualquer possibilidade de sobreposição. Além disso, tratamos de compartilhar os temas que sinalizavam maior importância e conversar sobre a abordagem pedagógica.



Em março lançamos a campanha Escola dos Sonhos. Construída por adolescentes e jovens do projeto Onda, a iniciativa provoca reflexões sobre a construção de um novo tipo de escola.

Apesar do contexto complexo resultante do novo coronavírus, as formações resultaram em atividades de incidência protagonizadas por crianças e adolescentes integrantes do projeto, sendo que três merecem destaque. Em maio, em Audiência Pública promovida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Onda apresentou a proposta de se elaborar e levar campanhas contra exploração sexual para todas as escolas do DF. Em junho, num evento internacional sobre enfrentamento do

trabalho infantil, um adolescente do projeto sugeriu que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fosse incluído como formação obrigatória de crianças e adolescentes. Em novembro, os integrantes do projeto contribuíram para a elaboração de uma carta criticando a PEC 18/11 que propõe reduzir a idade para o trabalho infantil. O documento pede arquivamento da PEC. A correspondência foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.



Entrega de carta dos/as adolescentes para as deputadas Gleisi Hoffaman e Maria do Rosário

3.1.2 Formação de meninas ativistas pela educação

Sensibilizamos 20 meninas, de Brasília, Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraná para formação em política pública de educação e incentivo ao ativismo. O grupo tem duas meninas quilombolas e uma menina deficiente visual. Ter uma pessoa cega entre nós foi um grande desafio, o fato nos exigiu pensar as oficinas com acessibilidade, mesmo que de forma remota, o que tem sido uma experiência nova e um ganho para a equipe de formação.

Trabalhamos em 13 encontros ao longo do segundo semestre nos temas tais como, gênero, política antirracista, educação e território, a política de educação nos diferentes entes da Federação, orçamento da educação e debate sobre a pesquisa realizada pelo Inesc sobre Ensino Médio durante a pandemia. E convidamos as meninas a se engajarem na campanha por mais recursos para a educação que o Inesc lançou em 2021. Em dezembro foi organizada uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com a participação de uma adolescente do grupo, que representou estudantes secundaristas à mesa. Isso possibilitou que o grupo fosse representado em espaços de poder, com direito à voz.

3.2 A formação e sensibilização de lideranças em Orçamento e Direitos

Assim como aconteceu com crianças e adolescentes, tivemos que rever nosso plano original de formação de lideranças em Orçamento e Direitos devido à impossibilidade de viajar e de organizar encontros presenciais. Além disso, para muitas lideranças a nova prioridade consistiu em se organizar e organizar os movimentos para enfrentar as consequências da pandemia, o melhor entendimento do orçamento público ficaria para outra oportunidade. Apesar do contexto, conseguimos formar **184 pessoas** entre lideranças indígenas, quilombolas, mulheres e ativistas do direito à cidade.

Também realizamos atividades de sensibilização em Orçamento e Direitos. A diferença entre sensibilização e formação tem a ver com o conteúdo e a intensidade da formação. Em geral, a sensibilização é feita em um período enquanto a formação requer ao menos dois dias. Sensibilizamos **442 pessoas** entre jovens meninas de escolas públicas, lideranças de movimentos sociais e jornalistas, entre outras. Apresentamos a seguir exemplos de processos formativos.

3.2.1 Formação de jovens indígenas e quilombolas

Em 2021, o projeto reiniciou as formações por meio de estratégia virtual, em parceria com a Escola de Ativismo. Foram formadas jovens lideranças indígenas da região Nordeste e quilombolas da região Norte em parceria com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Articulação dos Povos e Comunidades Indígenas do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais (Apoiname). O primeiro módulo teve vários encontros virtuais, com o tema Orçamento e Direitos, onde partimos da realidade da Amazônia para pensar a promoção e violação de direitos das comunidades quilombolas e povos indígenas a partir do orçamento público naquela região. O processo formativo continua até 2023, incluindo atividades de incidência.

3.2.2 Formação de lideranças de movimentos sociais em royalties minerais e hídricos

O Inesc tem atuado nos últimos anos para pautar a transparência e o controle social dos recursos oriundos dos royalties minerais e hídricos no Brasil, chamados de compensações financeiras pela Exploração Mineral (Cfem) e de Recursos Hídricos (Cfurh). Como parte do projeto “De Olho na CFEM” temos contribuído para que esta pauta ganhe relevância nos principais municípios mineradores do país e no município de Altamira, afetado pela hidrelétrica Belo Monte. Hoje, os recursos oriundos destes royalties seguem sendo aplicados nos municípios sem qualquer transparência e sem que a população impactada pelos projetos

consigam disputar o destino destes recursos. Por meio de formações virtuais, de diálogos com atores locais e da produção/divulgação de informações e análises temos contribuído para que estes recursos possam ser melhor compreendidos pela população e seu destino possa ser influenciado em prol da garantia de direitos.

3.2.3 Formação Mobiliza Japeri, Baixada Fluminense

O Mobiliza Japeri, na Baixada Fluminense, parceiro do Inesc na luta pelo direito à cidade nos convidou a pensar juntos uma formação em direitos humanos e orçamento. A formação teve 10 encontros abordando temas como mobilidade, transporte, antirracismo, políticas públicas no território e seus orçamentos.

3.2.4 Sensibilização em Orçamento e Direitos de lideranças de bibliotecas comunitárias

O Inesc facilitou uma sensibilização em Orçamento e Direitos de lideranças da Rede Beabah de Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul. A atividade foi dividida em dois módulos: a apresentação da Metodologia Orçamento e Direitos e uma análise específica do Orçamento para a cultura e para as bibliotecas e políticas públicas relacionadas ao Livro no Rio Grande do Sul.

4. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos

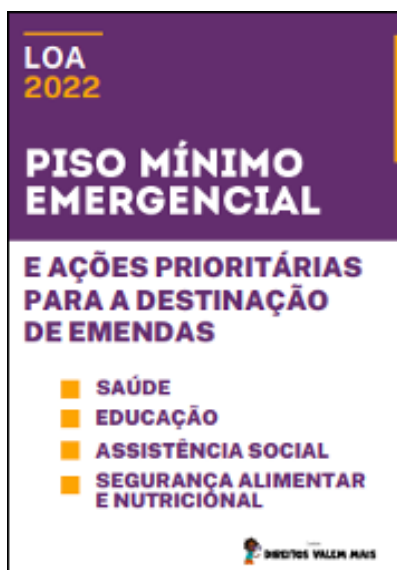
4.1 O monitoramento do Orçamento Geral da União

Em abril lançamos a segunda edição anual do **Balço Geral do Orçamento da União**, intitulado [“Um país sufocado”](#). A publicação, que teve ampla repercussão na mídia, avaliou o orçamento do governo federal para o ano de 2020 na perspectiva dos direitos humanos para as oito áreas de atuação do Inesc: Saúde, Educação, Direito à Cidade, Mulheres, Igualdade Racial, Indígenas, Meio Ambiente e Criança e Adolescente.



Ademais, analisamos o orçamento especificamente alocado ao enfrentamento da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, demonstrando que o governo federal deixou de gastar R\$ 80,7 bilhões destinados a conter os efeitos da pandemia, apesar da gravidade da crise sanitária e social instalada no país em decorrência da Covid-19.

O Inesc também lançou um levantamento da execução do [orçamento da União na metade de 2021](#), além de apresentar notas técnicas acerca de tópicos orçamentários relevantes na conjuntura política, como o [Orçamento Secreto](#) e o [PLOA 2022](#).



Para além da publicação de materiais sobre orçamento, incidimos no parlamento, principalmente por meio da [Coalizão Direitos Valem Mais](#), da qual integramos a coordenação. Trabalhamos principalmente por alterações na [Lei de Diretrizes Orçamentária \(LDO\)](#), na [Lei Orçamentária Anual \(LOA\)](#) e na PEC dos Precatórios. A partir de notas técnicas, alertas e articulação parlamentar, propusemos mais recursos para áreas sociais e prioridade no enfrentamento à pandemia, limitando maior discricionariedade dos parlamentares, algo fundamental em ano eleitoral. Importante destacar que a atuação na LOA levou a apresentação de emendas apoiadas pela Coalizão por oito

deputados, nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Seguridade Alimentar e Nutricional.

A Coalizão Direitos Valem Mais também atuou apresentando pedido de [impeachment do Ministro Paulo Guedes](#), devido, entre outras razões, à péssima gestão realizada pelo Ministério da Economia dos recursos destinados ao enfrentamento à pandemia. O pedido foi apresentado no STF e na Câmara de Deputados, e a Coalizão também enfatizou a ausência de Paulo Guedes e do Ministério da Economia na CPI da Pandemia.

O Inesc, além desta abordagem mais ampla sobre o orçamento público, possui uma atuação mais específica no âmbito dos incentivos fiscais federais. Tais incentivos, que a princípio poderiam promover políticas públicas inclusivas e reduzir desigualdades, na verdade se tornaram privilégios fiscais no Brasil, pois, diferentemente dos gastos orçamentários diretos, não são transparentes ou monitorados pelo governo e pela sociedade. Neste sentido, o Inesc lançou em 2021, junto com parceiros, um novo impulso da campanha

[Só Acredito Vendo](#). Essa iniciativa teve como objetivo levar para a sociedade tal problema por meio de estudos de caso de incentivos fiscais, relacionados aos agrotóxicos, combustíveis fósseis e bebidas açucaradas. Além disso, a campanha procurou aprovar o [PLP 162/2019](#), que tem como objetivo obrigar a Receita Federal do Brasil a divulgar os beneficiários, pessoas jurídicas, de todos os incentivos federais. O PLP foi aprovado no Senado e nas comissões da Câmara, estando pronto para a votação no Plenário. Como resultados da Só Acredito Vendo, 842.011 pessoas foram alcançadas pelas redes sociais e 2.400 assinaturas foram recolhidas.



4.2 O desafio de articular a política fiscal com a política monetária na perspectiva dos direitos humanos

Em 2021, o Inesc abraçou o desafio de relacionar a política fiscal com a política monetária na perspectiva dos direitos humanos. A partir de uma parceria internacional com ONGs da África e da Europa, demos início a um projeto que procura sensibilizar organizações da sociedade civil em relação à política monetária e seus impactos nas políticas públicas. Para tal, produzimos materiais inéditos sobre o assunto. Partimos da ideia de que a política monetária possui capacidade de mobilizar recursos para investimentos, cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e garantia de direitos. Para isso, é necessário um Banco Central mais aberto à sociedade, além de uma política monetária orientada à garantia de direitos. As principais publicações do projeto serão divulgadas em 2022.

4.3 A divulgação do orçamento público

Em agosto, mês em que o Inesc celebrou seus 42 anos de existência, promovemos a Semana de Orçamento e Direitos com o intuito de facilitar o entendimento do orçamento público para todos e todas. A Semana foi virtual por conta da pandemia, com uma série de eventos virtuais em que especialistas e militantes mostraram que não é preciso um diploma de economista para entender o tema. Contou, também, com uma oficina sobre orçamento público e direitos humanos para jornalista.

4.4 A incidência na defesa dos direitos sociais e ambientais

4.4.1 Saúde

Em 2021 concluímos o Curso de Formação para Conselheiros de Saúde em Inovação e Acesso a Medicamentos. A formação, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), teve como objetivos sensibilizar conselheiros e conselheiras de saúde sobre a importância do tema inovação e acesso a medicamentos e contribuir para sua atuação no CNS e nas suas lutas políticas. As atividades formativas começaram em início de dezembro de 2020 e se estenderam até março de 2021. No total foram realizados três seminários, quatro oficinas além de envio de material complementar. Participaram 68 pessoas de todas as regiões do país, majoritariamente mulheres e negros. Houve representação de todos os segmentos – usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e governos – de conselhos dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

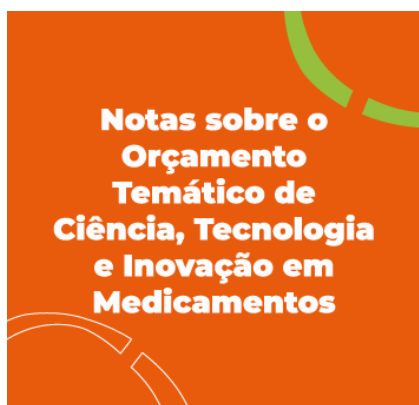


Lançamos nova edição do Orçamento Temático de Acesso a Medicamentos que mostra como o governo federal gastou com assistência farmacêutica entre os anos de 2008 e 2019.

Ainda em 2021, realizamos pesquisa inédita, buscando dimensionar o Orçamento Temático de Ciência, Tecnologia e Inovação em Medicamentos (OTMED CT&I), que tem como objetivo investigar os gastos do governo federal nesta área. Trata-se de uma metodologia nova, que ainda irá passar por amadurecimento, mas que visa contribuir com dados sobre este gasto público estratégico – especialmente no contexto da Covid-19 – e fundamental para garantir o direito à saúde e ao acesso a medicamentos.

Neste estudo foi considerado todo o ciclo inovativo, desde ações orçamentárias voltadas à pesquisa até as de produção, por parte dos laboratórios farmacêuticos oficiais, mas o recorte de análise foca nos investimentos para as fases de pesquisa e produção de medicamentos em instituições públicas federais.

A análise da execução financeira dos recursos para CT&I na área de medicamentos *mostra nitidamente o seu desfinanciamento no Brasil*. A Covid-



19 tornou urgente e impulsionou os investimentos nessa área. Todavia, a austeridade fiscal imposta pelo Teto de Gastos, que o governo Bolsonaro mantém como a grande âncora fiscal do orçamento, põe em xeque a continuidade dessas ações.

Esta primeira edição foi lançada em formato de nota técnica, de modo a iniciar o debate sobre o tema e receber retornos e considerações que permitam o seu aprimoramento.

4.4.2 Educação

Em decorrência da pandemia, milhões de crianças e adolescentes, especialmente de famílias empobrecidas, tiveram péssimas condições de acesso à educação em 2020 e 2021. Assim, decidimos dar visibilidade a este problema, particularmente em relação aos estudantes do ensino médio. Para tal, realizamos em parceria com o Instituto Vox Populi pesquisa de opinião, a primeira nesse formato promovida pelo Inesc, para avaliar as condições de acesso ao ensino remoto, durante a pandemia. Foram entrevistados adolescentes e jovens, entre 15 e 19 anos, sobre os vários aspectos da educação e os insumos necessários para a educação à distância. Os resultados, reunidos em publicação intitulada “A experiência do ensino médio durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”, reforçam as desigualdades existentes no Brasil, sendo que, para os adolescentes, as consequências são drásticas. Essa pesquisa foi o mote para darmos início a uma campanha por mais recursos para a educação.

Assim, lançamos a partir dos dados coletados pela pesquisa de opinião, a campanha [E Fora dos Stories como está a Educação?](#) A campanha tem como mote o cumprimento da meta 20 do Plano Nacional de Educação, ou seja, a destinação de 10% do PIB para a educação. Pois vem acontecendo o contrário, ao invés de os recursos para a área estarem aumentando para atingir a meta em 2024, eles vêm sendo cortados, tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual.

Além disso, realizamos levantamento dos orçamentos estaduais para a educação e ensino médio, em 3 anos, 2019, 2020 e 2021 para termos comparação entre um ano sem pandemia e dois anos com pandemia, para conseguirmos perceber se houve mudanças drásticas. E o que constatamos foi que em 2020, ano da adaptação para o ensino remoto, os recursos para a educação em geral e ensino médio em particular foram retirados, diminuíram, mesmo quando foram necessários novos recursos. O impacto pode ser percebido no resultado da pesquisa com adolescentes sobre o ensino remoto. Poucos lugares ofereceram banda larga e quando ofereceram o uso foi reduzido.



As pesquisas, de opinião e orçamentária, além da campanha para conscientização e mobilização apontam para a incidência. Realizamos uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em agosto, para apresentarmos dados do orçamento federal para a educação e cobrar que os recursos para educação básica, que permitem reforma de escolas, estavam com execução muito baixa. E realizamos outra audiência em dezembro, com a presença de uma adolescente representando o grupo de meninas, resultado de nossa formação voltada para o ativismo em educação. Nesta última, apresentaremos dados de nossa pesquisa de opinião e dados sobre orçamento, solicitando que os parlamentares recomponham o orçamento da educação. Além disso, a campanha de mobilização está coletando assinaturas para manifesto solicitando o cumprimento de 10% do PIB para a educação.

4.4.3 Socioambiental

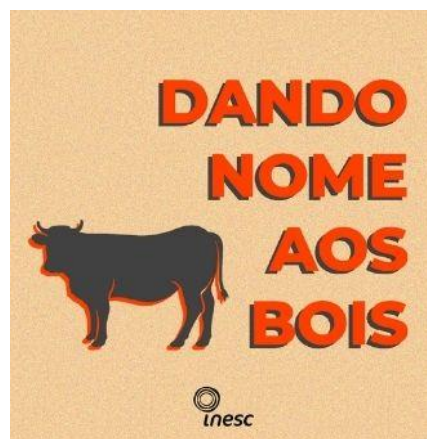
O desmonte das políticas socioambientais

O país tem hoje o governo mais declaradamente anti ambiental da história e caminha para seu último ano de mandato, deixando um rastro de desmonte da política socioambiental ainda de difícil dimensionamento.

Em 2021 os estragos seguiram seu curso não somente em função dos baixos orçamentos e da baixa execução, como também em função de mudanças significativas no modo de operar as políticas de fiscalização ambiental, licenciamento e gestão de áreas protegidas, as quais significam, em poucas palavras, a fragilização de políticas e modos de implementação que levaram décadas para serem construídos.

Tantas mudanças vão na direção de solapar as políticas ambientais e, em seu lugar, abrir espaço para um “ambientalismo de resultado” que, na prática, tem significado: privatização de parques, flexibilização do licenciamento ambiental e enfraquecimento do papel do Ibama na fiscalização ambiental.

Em 2021, foram produzidas diversas análises que contribuiriam para evidenciar e pautar na opinião pública sobre tal desmonte. Destaque para a publicação “Dando nome aos Bois” e para a série de análises com foco no orçamento para o meio ambiente.



Além disso, o Inesc tem atuado em conjunto com outras organizações e articulações para pautar os riscos de retrocesso na legislação ambiental, com destaque para o Projeto de Lei Geral do Licenciamento e os PLs 510 (Senado) e 2633 (Câmara dos Deputados) que, na prática, legalizam a grilagem em terras públicas.

No âmbito da comunicação, o Inesc, juntamente com outras organizações socioambientais, têm mantido reuniões constantes para planejamento e execução de campanhas nas redes sociais de conscientização e mobilização contra estes retrocessos.

Durante o ano de 2021, o Inesc entrevistou, em articulação com o Observatório do Clima³, contra o desmonte da legislação de proteção ambiental promovida pelo Congresso Nacional. Note-se que a ascensão do Deputado Arthur Lira (PP-AL) à Presidência da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, deu fôlego às propostas de desconstrução das políticas socioambientais, dado seu comprometimento político com a bancada ruralista, que é umas das maiores do Congresso Nacional. Durante o ano o Inesc incidiu no Congresso Nacional, junto à outras organizações, apoiando a elaboração de notas e cartas públicas⁴, conversando com os diferentes mandatos parlamentares, a fim de alertá-los sobre os problemas dos projetos, propondo alterações nos textos e buscando retardar, com apoio de campanhas de comunicação, a votação de proposições considerados retrógradas (como a que propõe modificações estruturantes na Lei Geral de Licenciamento Ambiental e a que altera a lei de regularização fundiária).

³ O Observatório do Clima consiste em coalização de organizações que atua de diferentes formas na defesa do clima. Para mais informações: <https://www.oc.eco.br>

⁴ Como é o caso da carta enviada ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pedindo a tramitação do projeto de licenciamento pelas comissões temáticas da Casa. Somada à pressão na imprensa, a carta e incidência tiveram efeito positivo, uma vez que a proposição, que tramitava em regime de urgência, foi enviada para discussão nas comissões, onde foram realizadas algumas audiências públicas, inclusive com a participação de representantes do Observatório do Clima.

Infraestrutura na Amazônia

Para a agenda de infraestruturas na Amazônia, 2021 foi um ano de repercussão do trabalho realizado nos últimos anos. Desde 2020, em razão da pandemia provocada pela Covid-19, os processos de formações junto aos sujeitos políticos do território, precisaram ser cancelados. Em 2021, o atraso na vacinação da população brasileira seguiu inviabilizando a atuação no território. Esperamos retomar este trabalho em 2022. Contudo, realizamos uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), organizada em parceria com a deputada Marinor Brito (PSOL-PA).



Entre 2019 e 2020, elaboramos dois guias ilustrados. Um deles reconstitui o caminho percorrido pela soja produzida no norte/nordeste do Mato Grosso até o município de Itaituba, distrito de Miritituba (PA), com o objetivo de consolidar as

informações sobre atores e equipamentos logísticos em operação naquele território. O segundo mapeia processos de governança relacionados à agenda de infraestrutura logística nesta mesma região, com o objetivo de explicar causas e interesses para a sua instalação no oeste paraense, com destaque para a atuação do Estado como um facilitador da ação da iniciativa privada.

Além disso, realizamos a web-série “[Tapajós: breve história da transformação de um rio](#)” que foi aprovada em 21 festivais de cinema e recebeu premiações nacionais e internacionais. No London Web-Fest, recebemos o prêmio de melhor curta de animação; e no Rio Web-Fest, fomos selecionados melhor série de animação e melhor série documental. Concomitantemente, a produção foi lançada nas redes sociais do Inesc.

Mulheres Amazônicas



Mulheres Amazônicas é um projeto desenvolvido pelo Inesc em parceria com a Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), englobando os municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas. Trata-se da construção de um espaço de formação e incidência cujo objetivo é sensibilizar para uma leitura feminista sobre a economia da mineração e seus efeitos sobre povos, territórios e políticas públicas. Queremos fortalecer a representação feminina nos espaços de luta política da região e contribuir para o seu reconhecimento como

lideranças valorosas para a história do sudeste paraense. Em 2021, foi realizado um ciclo de formação que incluiu mulheres, coletivos e movimentos sociais latino-americanos que se organizam a partir da resistência a megaprojetos e dos ecofeminismos comunitários e de Abya Ayala. Por meio do projeto, realizamos, ainda, o levantamento de informações sobre a aplicação dos recursos oriundos dos royalties de mineração (Cfem), e produzimos dados sobre a condição de desenvolvimento regional, e as desigualdades sociais desde uma perspectiva de gênero.

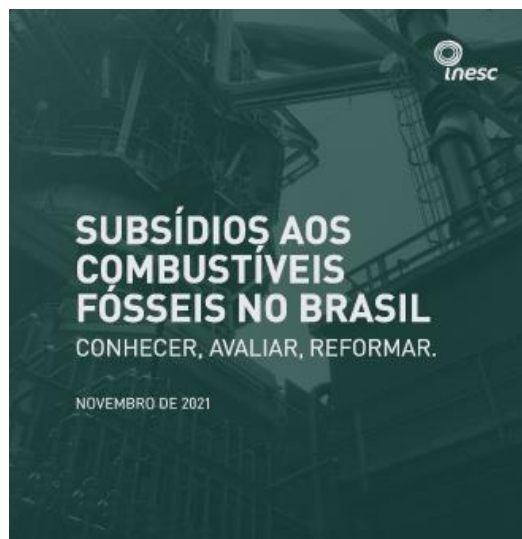
Subsídios aos combustíveis fósseis

O Inesc tem elaborado e divulgado, por quatro anos seguidos, o monitoramento dos incentivos e subsídios concedidos aos combustíveis fósseis no Brasil com o lema "Conhecer, avaliar, reformar". Em novembro de 2021 lançamos a quarta edição do estudo, com dados para o ano de 2020. Os números têm apresentado crescimento ano após ano. Para 2020 os subsídios e incentivos aos combustíveis fósseis foram estimados em R\$ 123,9 bilhões, o que equivale a 2% do PIB do ano.

O destaque na edição de 2020 foi para o crescimento ainda mais expressivo das "outras renúncias" associadas à produção de petróleo & gás, cujo valor alcançou R\$ 58 bilhões. Tal renúncia expressa a ampliação da desoneração da cadeia de produção de petróleo & gás a partir de 2018, com a renovação e a transformação

do regime especial de tributação do setor, o Repetro, e com a aprovação da Lei N° 13.586/2017.

Na prática, esse número representa expressiva renúncia de receita por parte da União, dado que resulta na redução da arrecadação potencial. Ao fazer isso, não só aumenta a disponibilidade econômica do contribuinte, no caso, de todos os beneficiários (produtores e consumidores de combustíveis fósseis), como também reduz a capacidade do Estado de realizar ações políticas que têm por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico ou social por meio do orçamento público.



O Inesc por meio destes estudos tem contribuído para que tais renúncias sejam objeto de debate público e que o governo brasileiro se comprometa com um processo de transparência e avaliação delas.

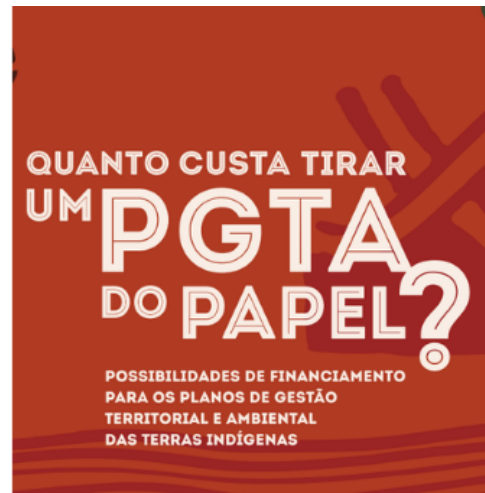
4.4.4 Povos Indígenas

O ano de 2021 foi mais uma vez um ano difícil para os povos indígenas. Além do aprofundamento do aparelhamento e desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai), principal órgão indigenista, foram diversos os projetos de lei em discussão no Congresso que afetam as comunidades originárias, assim como também houve importantes discussões no âmbito do poder judiciário. Neste campo, especialmente a proteção constitucional das Terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas esteve em risco ao longo do ano, seja por PL, como o PL 490, seja pelo julgamento do caso de repercussão geral no STF conhecido como “julgamento do marco temporal”. Junte-se aos ataques nos espaços institucionais também os ainda sentidos efeitos da pandemia nas comunidades indígenas e os casos de violência e invasões desses territórios.

Diante deste contexto, mais uma vez a aposta do Inesc foi apoiar as organizações e movimentos indígenas em suas mobilizações. Participamos da organização e apoiamos financeiramente e propondo atividades no Acampamento pela Vida e da Marcha das Mulheres Indígenas, ambas ocorridas em Brasília, respectivamente em agosto e setembro. Também contribuímos com análise orçamentária da política de direitos indígenas para o Dossiê que fundamentou a denúncia da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) no Tribunal Penal Internacional. Além disso, também consolidamos o nosso laço com a associação de servidores da Funai, Indigenistas Associados (INA), produzindo informações sobre a reorientação da política indigenista sob o governo Bolsonaro.

Em 2021, o Inesc também investiu na criação de uma metodologia própria de estimativas de custos dos Planos de Gestão Territorial Ambiental das Terras Indígenas (PGTA), chamada “Quanto custa para tirar um PGTA do papel?”. A metodologia foi construída a partir do estudo de PGTA de 5 Terras Indígenas (TI) da Amazônia Legal e também nos possibilitou construir um estudo inovador apontando para possíveis fontes de financiamento para implementação dos PGTA em um contexto de política anti-indígena e de estrangulamento

orçamentário. O estudo foi lançado na COP-26, em mesa organizada no Pavilhão Indígena junto à Rainforest Norway Foundation e à Apib. Seguiremos trabalhando com esta metodologia no próximo ano, ampliando a sua aplicação para outras Terras Indígenas do país e assim apoiando a incidência pela garantia de recursos públicos e da cooperação internacional para efetiva implementação dos PGTA.



4.4.5 Quilombolas/Igualdade Racial

Em fevereiro de 2021, a partir de incidência realizada em 2020, o STF julgou procedente a ADPF 742, que prevê a priorização do público quilombola nas ações do governo de enfrentamento a Covid-19. O Inesc integrou o Grupo de Trabalho determinado pela Suprema Corte para assessorar a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) nas questões relativas a construção, implementação e monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento a Covid-19 nas Comunidades Quilombolas, com atenção ao monitoramento do orçamento. O GT é formado por diversos órgãos da gestão pública – Ministério da Saúde, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, entre outros –, de organizações da sociedade civil, entre elas, Inesc, Terra de Direitos e Instituto Socioambiental (ISA), e também o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Foram alcançadas algumas conquistas, como a vacinação de cerca de 500 mil quilombolas. No entanto, além da sub-notificação de quilombolas infectados com o Sars-Cov-2, que impactou negativamente a vacinação, outros itens do plano como regularização fundiária, saneamento básico e segurança alimentar não avançaram, segundo o governo por falta de orçamento. O Inesc realizou uma série de análises sobre o tema que evidenciou que além da falta de prioridade orçamentária há má vontade por parte das instituições federais. O Inesc continuará incidindo junto ao STF ao lado da Conaq e das demais organizações da sociedade civil para que o plano seja efetivado.

Em 2021 seguimos representando o Fopir na Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, contribuindo nas agendas de transparência do Congresso Nacional, incidindo contra projetos de criminalização de movimentos sociais, como o PL Anti-terrorismo, e em favor da promoção dos direitos a população negra, como projetos de lei de garantia de direitos da população carcerária e contra a ampliação do acesso a armas pela população brasileira.



Vale mencionar que o mandato da deputada estadual Dani Monteiro, do Rio de Janeiro, utilizou a metodologia do Inesc intitulada Orçamento Temático da Igualdade Racial para elaborar um Projeto de Lei para que o poder público daquele estado elabore análises semelhantes visando ampliar a promoção dos direitos da população negra. O [PL foi protocolado em 19 de novembro](#).

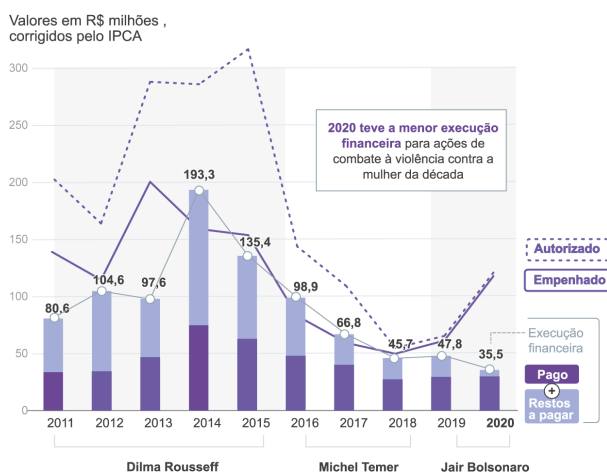
4.4.6 Equidade de Gênero

No tema da equidade de gênero, em 2021 atuamos em diversas frentes: (1) monitorando os dados do orçamento das políticas voltadas para as mulheres em âmbito federal, publicando análises e fornecendo informações para jornalistas, o

Gastos com ações de enfrentamento à violência contra a mulher

Entenda os gastos

	Autorizado	O que foi autorizado para este fim, incluindo o proposto pelo governo e os créditos adicionados por emendas parlamentares ao longo do ano
	Empenhado	O que o governo se comprometeu a investir
	Execução financeira	Pago mais restos a pagar quitados
	Pago	O que efetivamente foi gasto naquele ano
	Restos a pagar	Despesas de anos anteriores quitadas naquele ano



Infográfico publicado no O Globo de 08.03.2021 com dados do Inesc⁵

4.4.7 Direitos da Criança e do Adolescente

A denúncia da diminuição de recursos federais destinados ao atendimento de crianças e adolescentes também foi bandeira do Inesc em 2020. A maior parte das verbas disponíveis estava voltada para o programa Criança Feliz, ação que tem como objetivo atender apenas crianças de 0 a 6 anos, acompanhando seu desenvolvimento, sobrando muito pouco para o público maior de 6 anos de idade. Com isso, mostramos a violação dos direitos de meninas e meninos e sua imensa vulnerabilidade em relação às consequências sociais da Covid-19 e de outras mazelas como doenças, trabalho infantil, exploração sexual, fome, entre outras.

⁵ A esse respeito, ver: <https://oglobo.globo.com/celina/dia-internacional-da-mulher-2021-em-ano-de-aumento-da-violencia-contra-mulher-damares-usa- apenas-14-do-orcamento-menor-gasto-da-decada-24907681>

O Inesc e a Socioeducação

Na pandemia, por razões óbvias, o Inesc não atuou diretamente com os/as adolescentes da socioeducação, mas realizou uma série de atividades com outros. Assim, foi criada a Articulação Nacional pela Socioeducação e o Inesc passou a integrar a Coalizão pela Socioeducação. Foi lançada a JORNADA 10 anos do Sinase: Retrocessos Nunca Mais! que consiste na organização de debates e na produção de material para incidir junto às autoridades públicas e nas eleições de 2022. Foi enviado Requerimento de Informações via Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre dados referentes à socioeducação: censo, condições de saúde, óbitos, gravidez e escolaridade, entre outros. Foi ainda realizada atividade de incidência pela aprovação do Projeto de Lei 3.668/20 que estabelece regras para reduzir infecção de adolescentes e servidores de unidades de medidas socioeducativas durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

Além disso, o Inesc participou do III Simpósio Nacional da Socioeducação com a oficina: Desafios de uma Educação Emancipadora na Socioeducação. O instituto também produziu um livro contendo a sistematização do trabalho do Inesc na socioeducação e um vídeo sobre cartas de adolescentes de escolas públicas do DF com jovens das unidades de internação.

O projeto Onda ainda realiza um acompanhamento a egressos e egressas do sistema socioeducativo. Com esses e essas adolescentes e jovens temos produzido músicas, clipes, poesias e saraus trazendo temas relativos à cidadania como o direito à educação de qualidade, ao fim da violência contra a mulher e aos direitos humanos. Dentre suas produções, destacamos um calendário 2023 que é composto por fotos e textos de adolescentes egressos.

4.4.8 Projeto Brasil Popular

O Projeto Brasil Popular⁶ reúne um conjunto de movimentos, organizações e acadêmicos para debater um projeto popular para o Brasil. A iniciativa parte da avaliação que as nossas elites têm propostas para o país que não atendem minimamente aos interesses populares. A necessidade de construir um projeto de nação tendo como base outros paradigmas socioambientais, democráticos, econômicos e culturais está posto. Entende-se que é preciso ir além de

⁶ A esse respeito, ver: <http://projetoBrasilpopular.org>

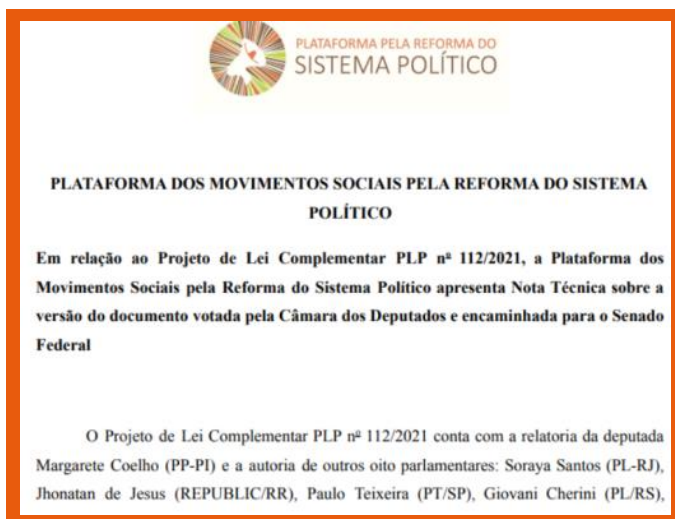
simplesmente debater programas de governo. Por isso a iniciativa reúne diferentes saberes para formular as ideias e com base na metodologia da educação popular. O Inesc integra a comissão operativa do Projeto Brasil Popular bem como a coordenação política.

Em 2021 o Projeto Brasil Popular avançou significativamente na construção de sínteses políticas que integram os diferentes debates. Avançou também na sua estratégia de comunicação, tanto nas redes sociais como na TV: a iniciativa tem um programa semanal na TV 247 com cerca de 10 mil acessos por programa.

5. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político

A atuação do Inesc nesse tema acontece principalmente por meio da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Ampla do Sistema Político, cuja coordenação o Inesc integra desde sua criação. Em 2021 a Plataforma realizou atividades de formação e de incidência.

Em relação à formação e ao estímulo ao debate público foram promovidas atividades autogestionadas realizadas por povos indígenas para fomentar a reflexão sobre democracia, reforma política e sub-representação desse grupo da população nos espaços de poder, por meio das quais atingimos milhares de pessoas. Foram ainda organizados encontros regionais para debater a reforma política a partir das especificidades das cinco regiões, o que gerou maior engajamento na Plataforma, a partir de adesões que se deram após os eventos.



No que se refere às atividades de incidência os esforços se concentraram na reforma eleitoral buscando barrar retrocessos e alargar a democracia. Como subsídios ao debate sobre as desigualdades de gênero e raça nos espaços de poder elaboramos notas técnicas para dialogar sobre ameaças à representatividade de propostas em tramitação no Congresso Nacional.

A partir destes conteúdos a Plataforma construiu, junto com outras organizações da sociedade civil e setoriais de mulheres de partidos políticos, uma agenda com o Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo dessa incidência foi o de alertar sobre os problemas das propostas que estavam tramitando no Congresso Nacional, relativas principalmente ao



impacto para mulheres e negros nas mudanças propostas para o Fundo Eleitoral e sobre a representatividade de grupos excluídos dos processos políticos em geral.

Reunião com Ministro Luis Roberto Barroso, Foto: TSE

A Plataforma também atuou em relação à PEC 125/2011, especificamente em relação ao chamado “Distritão”. A referida PEC tratava inicialmente da não realização de eleições em feriados prolongados, mas o texto foi alterado para um relatório que mudava radicalmente o sistema político. Foi instalada no âmbito da Câmara dos Deputados uma comissão para analisar essa proposta de emenda à Constituição. A Plataforma tentou entrar com processo no STF contra a ampliação do escopo da PEC por meio de partidos políticos. Contudo, nenhum partido aceitou este caminho. Diante disso a Plataforma, ao lado da Coalizão Negra por Direito e o Pacto pela Democracia, organizou uma força tarefa para incidir neste processo, tendo como base os seguintes pontos consensuais: defesa da federação partidária (que constava no PL 266/17), manutenção do fim das coligações nas eleições proporcionais, não ao “Distritão”, criação de “incentivos” para candidaturas de mulheres e de pessoas negras e não fragilização do Projeto de Lei de iniciativa popular.

Algumas vitórias foram alcançadas: o Distritão não foi aprovado; a federação partidária passou, apesar do veto de Bolsonaro que foi derrubado pelo Congresso; as coligações partidárias também foram barradas; e o projeto de iniciativa popular também não foi fragilizado. Em relação ao incentivo a eleição de mulheres e pessoas negras, o Congresso aprovou a contagem em dobro, para fins de distribuição do fundo partidário e eleitoral, dos votos nessas candidaturas. A Plataforma tinha uma proposta mais ousada, mas diante da conjuntura foi um avanço significativo.

6. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades

O direito à cidade é uma bandeira que o Inesc defende especialmente desde 2012 quando participou da criação do Movimento Nossa Brasília (MNB), do qual integra a coordenação. Com o intuito de fortalecer coletivos de jovens periféricos do Distrito Federal na defesa dos seus direitos, incluindo o direito à cidade, o Inesc promoveu uma série de formações e de atividades de incidência apresentadas a seguir.

6.1 O direito ao transporte público

Após longo período de incidência junto à Câmara dos Deputados, conseguimos a elaboração de uma Proposta de Emenda Constitucional criando o Fundo de Financiamento do transporte público, com vistas a não tarifação desse serviço, que defendemos como política pública e não serviço voltado ao usuário, tratado como consumidor e não como cidadão com direitos a serem respeitados.

A ideia é regulamentar o dispositivo da Constituição que garante o transporte como direito humano. No entanto, por motivo de segurança da deputada autora, ela não pode retornar ao trabalho presencial e só apresentaremos a proposta no início de 2022.

6.2 A luta por um DF inclusivo – Agenda 10 DF

A pandemia da Covid-19 acentuou o que já era a dura realidade do Distrito Federal: enormes desigualdades que abrem fossos entre as chamadas regiões nobres e as cidades periféricas. Por isso, em 2021, o Inesc e o Movimento Nossa Brasília, com o apoio da Oxfam Brasil, lançaram a Agenda 10 DF: 10 recomendações do Movimento Nossa Brasília para o Governo do Distrito Federal (GDF). Partindo das análises de Pesquisas Distritais Por Amostra de Domicílios (Pdad), as medidas foram elaboradas para orientar a atuação dos poderes executivo e legislativo no enfrentamento das desigualdades do DF agravadas pela pandemia.

As medidas tratam dos seguintes temas: Resíduos Sólidos, Tratamento de Esgoto, Água, Mobilidade Urbana, Educação, Trabalho e Renda, Saúde Pública, Orçamento Público, Cultura e Equidade Social. A Agenda 10 DF foi ainda tema de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal e encaminhada pelo poder legislativo aos secretários do governo do Distrito Federal. Além disso, a reivindicação de criação de corredor exclusivo de ônibus entre Planaltina e Plano Piloto está sendo objeto de estudo por grupo de pesquisa da Universidade de Brasília.

6.3 A contribuição na criação de capacidades em juventudes periféricas

6.3.1 Projeto Lacre

Trata-se da formação de cerca de 50 jovens LGBTQIAP+ de periferias de Brasília em atividades profissionais. A iniciativa é realizada em parceria com o Levante Popular da Juventude do DF. As principais ações realizadas foram: formação em Marketing Digital, Design Gráfico e Sublimação, dois saraus de trabalhos práticos e de finalização dos cursos, um seminário sobre saúde de jovens LGBTQIAP+, principalmente pessoas trans e rodas de conversa que tiveram como objetivo promover o desenvolvimento relacional e debater temas de interesse desse público.

O projeto Lacre alcançou um objetivo importante que foi formar jovens LGBTQIAP+ periféricos. Todas as e os participantes são moradores de regiões do DF mais empobrecidas e com menos acesso a políticas públicas. Além disso, a grande maioria também foi de jovens negras e negros, grupo que tem maior dificuldade em acessar trabalho digno. Os cursos incrementaram os currículos das/dos jovens participantes, fazendo com que acessassem oportunidades de trabalho. Muitos nos procuraram pedindo declaração ou segunda via de certificado de participação para apresentarem numa entrevista de emprego ou freelancer. Além disso, as formações possibilitaram o incremento dos projetos autônomos já existentes no grupo com criação de novas marcas que dialogassem melhor com o contexto, utilização mais produtiva das redes sociais, repaginação das redes sociais e melhor divulgação dos seus produtos. E tudo contribuiu para gerar renda. Um ponto forte esse ano foi o espaço de escuta e acolhimento proporcionado pelas rodas de conversa, as e os jovens se fortaleceram como grupo e como pessoa lidando com esse período de pandemia que só potencializou suas dores.

6.3.2 Projeto Corre – Juventudes nas Cidades

Em 2021 finalizamos as atividades do projeto Juventudes nas Cidades inteiramente online e com a participação de 54 pessoas jovens periféricas, majoritariamente negras.

Foram realizadas oficinas de formação, debates sobre temas de interesse dos e das jovens, eventos de intercâmbio com outras cidades, atividades culturais e ações de incidência para a defesa dos direitos das juventudes.

Na caminhada pedagógica dos encontros, os educadores do projeto avaliaram que seria necessário aprofundar temas específicos, dessa forma, o Juventudes DF incorporou às suas atividades o Ciclo de Formações, “oficinas extras”, que foram 12 encontros voltados para criar capacidades dos integrantes do projeto em temas, tais como, participação em editais, criação ou organização de

portfólios e elaboração de currículos, entre outros. Para contribuir com isso houve espaço para a troca de experiência sobre atuação em rede, um incentivo para que elas e eles sigam, articulando, fomentando a rede de economia solidária e criativa. Concomitante a essas ações nascia a revista Território em Rede, a segunda do projeto. A publicação visa seguir fortalecendo e visibilizando o trabalho dos jovens em seus territórios.

Os jovens do DF também gravaram dois clipes musicais, ambos inspirados nos conteúdos das reflexões feitas nas oficinas. A música Incidir para Existir registrou em melodia a luta das juventudes periféricas, pontuando que sobreviver na periferia é uma incidência, quaisquer que seja a busca, por inclusão, por trabalho, por aceitação de sua raça, orientação sexual, gênero, depende de esses corpos seguirem respirando. A segunda música, Cypher, reuniu em rima e tom seis jovens que compuseram seus versos em afirmação de seus direitos e denúncia da violação dos mesmos.

A Revista e Cypher foram lançadas em julho de 2021 em evento de celebração a caminhada do “Fortalecendo o Corre”. Fazendo o jus ao nome a proposta de encerrar as atividades lançando uma espécie de currículo coletivo das e dos jovens, apresentando suas criações e inovações. O evento, realizado virtualmente, se propôs a visibilizar que a juventude trabalha, e muito para se manter viva e tecer suas histórias, trazer a luz também novas formas de pensar e analisar políticas. O grupo o fez cantando...

O sucesso do projeto pode ser medido por alguns resultados alcançados: 18 coletivos foram contemplados em editais de financiamento de projetos culturais; o Festival Território inspirou as demais organizações para o Fundo Fortalecendo o Corre que está em aberto, onde será possível beneficiar jovens, coletivos de outras cidades com recursos significativos. Mesmo com o fim do projeto a rede se mantém, nela as informações de maior circulação são de ordem financeira, formações, acolhimento, cuidado à saúde mental.

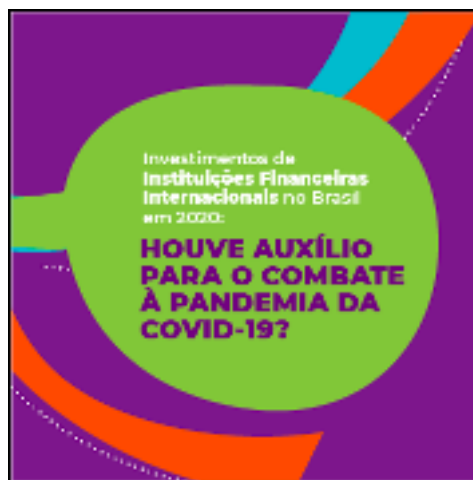
7. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas

Em 2021, o Inesc deu seguimento à sua atuação no cenário internacional na luta por negociações justas, participativas, transparentes e inclusivas. Tarefa difícil considerando os efeitos combinados da crise decorrente da pandemia da Covid-19, da onda conservadora que paira sobre o mundo e as Nações Unidas e outros espaços multilaterais de negociação, onde o setor empresarial ganha, cada vez mais, poder e voz. Adotamos como estratégia atuar nos vários fóruns globais, tanto da sociedade civil quanto multilaterais, que organizam os processos e decisões mundiais.

7.1 Monitorando as Instituições Financeiras Internacionais

Na agenda internacional, um dos eixos de atuação no Inesc é no monitoramento das instituições financeiras internacionais (IFI), como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atuamos em 2021 principalmente em duas frentes: monitoramento dos investimentos de IFI no Brasil e acompanhamento de um caso específico no território.

Em relação ao primeiro, lançamos no início do ano a [publicação](#) “Investimentos de Instituições Financeiras Internacionais no Brasil em 2020: houve auxílio para o combate à pandemia da Covid-19?”. Ela evidencia que os projetos de desenvolvimento dessas instituições em grande parte não priorizaram questões relacionadas com o enfrentamento à crise, como transferência direta de renda para as populações que estão passando fome e nem a compra de medicamentos, apoio a hospitais e UTI. Os investimentos realizados pelas IFI em 2020 seguiram a mesma lógica de anos anteriores, tendo como objetivo canalizar investimentos privados, e focaram em normativa e governança, finanças, e infraestrutura.



Apresentamos tal estudo nas Reuniões de Primavera do Banco Mundial, em um painel internacional sobre investimentos dos bancos de desenvolvimento para o enfrentamento às consequências da pandemia. No painel, foi constatada a dificuldade ainda existente nos bancos de direcionarem seus investimentos para questões sociais e em diálogo e respeitando as pessoas afetadas pelos seus projetos nos territórios.

O Inesc também se debruçou sobre um caso específico, relacionado com um projeto do braço privado do Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional (IFC). A partir do Dossiê “Enquanto a soja passa: impactos da empresa Hidrovias do Brasil em Itaituba”, elaborado junto a movimentos e comunidades da região, denunciemos o não cumprimento das salvaguardas da IFC no seu investimento na empresa e pedimos a volta do monitoramento do projeto pelo banco. A partir da publicação, o Banco voltou a monitorar a região e apresentou recentemente um Plano de Ação para fazer valer seus Padrões de Desempenho e remediar seus impactos na região.



Por fim, os bancos de desenvolvimento se reuniram no segundo [Finanças em Comum](#), evento que ocorreu em novembro em Roma, Itália. Conjuntamente com centenas de ONG, denunciemos a não participação formal da sociedade civil no evento, que segue com portas fechadas. Além disso, pedimos o veto a um possível investimento do BID, um empréstimo milionário do banco para Marfrig, gigante da agropecuária brasileira. O investimento [foi cancelado no início de 2022](#) pelo Banco, o que representa uma grande vitória da pressão da sociedade civil. Escrevemos [artigo](#)⁷ resumindo o evento, intitulado “Why Finance in Common's Big Promises Should be Seen with Caution: Examples from Brazil”.

7.2 Justiça Fiscal e Transparência

Na área de justiça fiscal internacional, a atuação do Inesc em 2021 aconteceu especialmente por meio de articulações na América Latina. Neste sentido, e continuando o trabalho sobre incentivos fiscais, contribuimos com a análise brasileira na [publicação](#) “Coordinación, evidencia y rendición de cuentas: La reforma de la gobernanza de los gastos tributarios en América Latina”. O texto foi elaborado dentro da [iniciativa Lateral](#), liderada pelo International Budget

⁷ <https://www.indepthnews.net/index.php/global-governance/un-insider/4824-why-finance-in-common-s-big-promises-should-be-seen-with-caution-examples-from-brazil>

Partnership (IBP), que procura monitorar os gastos tributários na América Latina a partir de comparações entre países da região.

A pesquisa concluiu que o papel dos diferentes atores na introdução e aplicação de incentivos fiscais em diferentes países latino-americanos gera sistemas disfuncionais em que ninguém tem a responsabilidade geral pela gestão eficaz das despesas fiscais como instrumentos de política pública. Os interesses setoriais tendem a prevalecer sobre considerações coletivas mais gerais, e as vozes dos cidadãos e dos trabalhadores não são suficientemente levadas em conta nestes processos.

Além da iniciativa Lateral, outra articulação latino-americana apresentou avanços importantes em 2021. Foram lançados em maio deste ano os Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal, a partir de um conjunto de cinco organizações da América Latina, o Inesc representando o Brasil. Seu objetivo é oferecer um marco de referência para a aplicação dos princípios de direitos humanos na elaboração, implementação e monitoramento da política fiscal na região.

O [documento](#) propõe, a partir de acordos assinados pelos países, uma ação estatal em que a política fiscal esteja orientada para a garantia dos direitos humanos, a partir de decisões mais participativas e legítimas. Sua elaboração contou com a colaboração de representantes governamentais, de organismos especializados, instituições multilaterais, academia, sociedade civil e movimentos sociais. Para marcar seu lançamento, a iniciativa promoveu a “[Semana pela Justiça Fiscal e Direitos Humanos](#)”, que reuniu especialistas, movimentos e a sociedade em geral para discutir temas relacionados aos Princípios.



7.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Inesc participou da elaboração do Relatório Luz 2021 em três ODS, 4, 5 e 11. Com relação ao ODS 4, sobre educação, compartilhamos dados orçamentários com outras organizações que atuam na área, para compor o mosaico do relatório. No que se refere ao ODS 5, de equidade de gênero, contribuimos com informações orçamentárias das políticas para as mulheres. E com relação ao ODS 11, sobre cidades, trabalhamos com dados sobre transporte público, orçamento voltado para ações nas cidades, como Urbanismo, Moradia e Saneamento. Além disso, o

projeto da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político visa fortalecer os ODS 5, 10 e 16, e alcançou todos os resultados previstos em 2021.

7.4 Negociações de clima

Em 2021, a participação do Inesc na 26ª Conferência das Partes (COP 26) no Acordo de Paris sobre o Clima (2015) foi construída no âmbito do Grupo Carta de Belém (GCB). A estratégia envolveu atividades para mobilização, incidência e comunicação para a Conferência.

Entre agosto e setembro, desenvolvemos processos de diálogo e formação com as entidades membro da rede. No mês de outubro, lançamos um manifesto da sociedade civil brasileira rumo à COP, que contou com o acompanhamento da assessoria de imprensa do Inesc, resultando em mais de 30 menções na imprensa. No mesmo mês, foi realizado um webinar para formação de jornalistas, que contou com a participação de 60 profissionais vinculados à grande imprensa, à imprensa alternativa e às assessorias de comunicação de organizações da sociedade civil.

Durante as duas semanas de Conferência (entre 31 de outubro a 12 de novembro), o grupo participou da estratégia de cobertura colaborativa junto ao Mídia Ninja. Também contribuimos para a estratégia de comunicação proposta pela Fundação Heinrich Böll para a Conferência. Foram feitas experimentações inovadoras no âmbito da comunicação. Criamos um protótipo de cobertura colaborativa, por meio da qual circulamos materiais para serem replicados pelas entidades-membro do grupo. Criamos peças para divulgação das posições do grupo e entidades-membro nas redes sociais compostas de textos, imagens (cards) e vídeos. Celebramos parceria com um podcaster para a promoção de programas sobre a Conferência na plataforma Twitch, com entrevistados indicados pelo GCB.

Além disso, participamos da construção da Cúpula dos Povos (COP 26 Coalition), articulando e propondo eventos. Ao todo foram quatro painéis. Tais atividades foram realizadas em parceria com organizações brasileiras e estrangeiras, incluindo o Grupo Carta de Belém, APIB, Uma Gota no Oceano, Forest Peoples Programme e a própria COP 26 Coalition. Foram publicados dois artigos para inserção no debate público, um nacional (sobre mercados de carbono) e outro internacional (sobre os Planos de Gestão Territorial e Ambiental indígena – PGTA). Também durante a Conferência, o Inesc lançou a atualização do estudo sobre combustíveis fósseis e, ao final do evento, o Grupo Carta de Belém, do qual o Inesc faz parte, divulgou um balanço dos resultados da COP 26, publicado no site do grupo e replicado pelas organizações-membro.

Aproveitamos a oportunidade para exibir a nossa web-série “Tapajós: Uma breve história de um rio” no espaço oficial da COP 26, em parceria com a ONG Uma Gota no Oceano; além de ter sido realizado debate durante a Cúpula dos Povos (evento da sociedade civil e dos movimentos sociais, paralelo à Conferência), em parceria inédita com a organização britânica *Forest People’s Programme*.



Relatoria gráfica da nossa atividade na Cúpula dos povos: “Resistance from below to territorial dispossession and destruction in the Amazon”, Inesc and Forest People’s Programme.

7.5 Acordos de cooperação Mercosul – União Europeia e Efta – União Europeia

Na agenda de comércio internacional, o Inesc atuou em parceria com a Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip) e a Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA. Foi construído um ciclo de formação para a sociedade civil brasileira e elaboradas duas cartilhas, contendo informações sobre temas e potenciais impactos dos Acordos.



Ao longo de 2021, foram consolidadas as parcerias nacionais. A atuação internacional também foi reforçada. Em relação ao acordo Mercosul-UE, o Inesc passou a acompanhar com maior protagonismo a campanha *Stop EU-Mercosur Agreement*, que reúne representantes da sociedade civil latino-americana e europeia. Lideramos a construção de uma “Chamada Transatlântica” entre movimentos sociais brasileiros, entidades latino-

americanas, como a Plataforma América Latina Mejor Sin TLC, e ativistas europeus.

Iniciamos um processo de sensibilização e mobilização da sociedade civil brasileira para o Acordo Mercosul-EFTA, e, junto à “coalizão suíça”, que discute o tema dos acordos comerciais, lideramos a construção de um evento virtual para aproximação, consolidação de informações e construções de estratégias conjuntas para incidência política no Mercosul e junto à sociedade civil e instituições dos países que compõem o EFTA.

Também estabelecemos parceria com a cooperação internacional alemã, o que levou à participação na "Mesa Redonda Brasil 2021" – a maior conferência sobre o Brasil nos países de língua alemã. O evento foi promovido pela rede KOBRA, que reúne entidades e associações que trabalham na Alemanha com questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro em cooperação com movimentos sociais locais.

7.6 O Inesc e Forus

Com a responsabilidade de presidir as reuniões do Comitê Executivo e o Conselho Diretor do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (Forus), o Inesc, por meio de sua co-diretora, Iara Pietricovsky, esteve presente em diversas reuniões políticas e de fortalecimento de parcerias com a Comissão Europeia. Também realizou atividades de captação de recursos para a rede global. Ainda como presidenta do Forus e indicada pelos seus pares, Iara participou do Finance in Common (FIC) como representante da sociedade civil global.

8. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade

8.1 O Inesc nas mídias sociais

Em 2021, conseguimos melhorar o interesse das pessoas pelos conteúdos que encontram na nossa página eletrônica, aumentando em 26% a retenção de usuários no nosso site, a quantidade de páginas que visitam e o número de vezes em que voltam a acessá-lo. Isso também se refletiu na queda da taxa de rejeição em 5%.

Continuamos crescendo em seguidores no Instagram (37%) e no Twitter (25%), o que não aconteceu no Facebook (apenas 1% de crescimento), que segue a tendência de estabilização, e mesmo, queda da rede, entregando cada vez menos conteúdos aos seguidores, mesmo com patrocínio de postagens. Importante lembrar, no entanto, que apesar do crescimento das outras redes sociais no Brasil, o Facebook ainda é a maior do país. Por isso, seguimos insistindo na rede e, em 2021, aumentamos o número de postagens pagas, com diversas campanhas, elevando nosso alcance em mais de 500% em relação ao ano passado.

O alcance também foi muito bom no Instagram e Twitter – a taxas maiores de 100% - principalmente devido a quatro campanhas que realizamos com links patrocinados. No entanto, este alcance não se reverteu em número de seguidores. Julgamos importante mantermos ou tentarmos acelerar o crescimento desses números no ano de 2022, realizando campanhas institucionais voltadas à conquista de mais seguidores.

O Youtube teve crescimento inédito em 2021, com o maior número de visualizações da série histórica, um aumento de 310% em relação ao ano anterior. Isso porque, pela primeira vez, realizamos uma campanha patrocinada dentro da rede, com os vídeos da websérie "Tapajós: uma breve história da transformação de um rio".

O nosso mailing segue aumentando principalmente devido a ações de captação de *leads* como petições, formulários para baixar publicações, inscrições em transmissões ao vivo e eventos virtuais. Esse tipo de captação tem se mostrado efetiva, não só para captar os *leads*: a taxa de abertura de e-mails segue acima dos 20%, mostrando que as pessoas têm real interesse em nosso conteúdo.

8.2 O Inesc na grande mídia

Seguimos com nosso objetivo de tornar o Inesc referência frente à opinião pública, especialmente nos temas que se referem ao orçamento público e à

justiça fiscal. Assim, continuamos contando com o apoio de uma agência de assessoria de imprensa para nos auxiliar na relação com os meios de comunicação de massa. As estratégias, adotadas conjuntamente entre a assessoria externa e a equipe de comunicação, para divulgar os conteúdos produzidos pelo Inesc, têm se mostrado efetivas, e em 2021 resultaram em 562 menções a mais do que no ano anterior, um aumento de 18%.

Em 2021 repetimos o curso online sobre orçamento público destinado a jornalistas, que contou com a presença de cerca de 50 participantes e mais de 160 inscritos, profissionais ou estudantes de jornalismo, o que também tem contribuído para aumentar a autoridade do Inesc perante esta categoria no tema do orçamento público.

8.3 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos

Continuamos investindo energias na captação de recursos junto à indivíduos, ainda que com verbas muito aquém do necessário, pois não existem doadores que apoiem esse tipo de ação nas ONGs. Em 2021, foram 18 doadores, totalizando 41 pessoas nos últimos 4 anos com um aporte total de cerca de R\$ 10 mil.

9. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos

9.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é, em geral, bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o Inesc tem uma razoável carteira de organizações que apoiam a instituição. Em 2021, foram 20 organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional e União Europeia.

Felizmente nosso orçamento não foi afetado pelas consequências da pandemia da Covid-19, ao contrário, captamos novos recursos como foi o caso da parceria com o Energy Transition Fund (ETF) e a renovação de projetos que haviam se encerrado em 2020. Recebemos o apoio de grande parte das organizações que nos financiam que, ademais, foram extremamente flexíveis na revisão dos projetos para adaptá-los à conjuntura do novo coronavírus.

9.2 PMAAS (Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem e Sistematização): elaborando o novo plano estratégico

A principal atividade da área foi o a elaboração, de forma participativa, do novo plano estratégico para o período 2022 a 2025. O processo começou no meio do ano de 2020 e foi finalizado em dezembro de 2021. O novo Quadrienal é mais enxuto que o anterior, buscando ser mais efetivo.

A Pão para o Mundo (PPM), organização não governamental alemã que nos financia há muitos anos, selecionou duas organizações brasileiras, entre elas o Inesc, para fazer uma formação de longo prazo em PMAAS. O processo iniciou-se em 2021 e deverá se estender ao ano de 2022. Três profissionais participam desse percurso, a coordenadora da assessoria, uma assessora e a pessoal responsável pelo PMAAS do Inesc. Espera-se com esse apoio fortalecer a cultura e as ferramentas de PMAAS no Inesc, possibilitando uma melhor gestão das ações da instituição assim como maior *accountability*.

9.3 Combatendo as desigualdades salariais e raciais

Em finais de 2020, a gerente financeira, Lúcia Jaime, que atuava no Inesc há mais de 30 anos, se aposentou. Foi substituída por uma profissional do quadro do

Instituto, Ana Paula Felipe, que atuava há mais de 15 anos no Inesc, que foi preparada para esta nova função durante o ano de 2020.

Ana Paula assumiu suas novas funções com afinco e dedicação, possibilitando uma transição profissional e sem problemas.

Em 2021 demos continuidade à atualização das nossas políticas institucionais. O processo foi mais demorado do que o esperado em função das múltiplas demandas provenientes das consequências da pandemia. Espera-se que as políticas atualizadas entrem em vigor no primeiro semestre de 2022.

Buscando combater as desigualdades salariais e raciais dentro do Inesc, no segundo semestre de 2021 desencadeamos uma série de medidas internas com esse propósito: i) aumentamos em 30% os salários de todos os cargos da Categoria 1 do Plano de Cargos e Salários (PCS), que são os menores salários da organização; ii) aumentamos em um nível do PCS as pessoas que se declaram negras (pretas ou pardas). A exceção foi para os/as funcionários/as com maiores salários, a saber: assessores/as políticos/as; integrantes do grupo gestor e aqueles que já estão no último nível de seu cargo. Com essas duas medidas encurtamos a distância salarial no Inesc entre o menor e o maior salário, passando de 9,1 vezes para 6,5 vezes; iii) demos início a elaboração, de forma participativa, de uma política institucional de diversidade e bem estar. Para tal, contamos com o apoio da Múcua Consultoria Multidisciplinar, organização especializada na promoção da diversidade nas instituições; iv) apoiamos o Conselho Diretor no processo de seleção de uma mulher negra para integrar o Colegiado de Gestão. A seleção deverá ser concluída no começo de 2022.

9.4 Aperfeiçoando a gestão

Diante da complexidade da agenda do Inesc e dos tempos conturbados e incertos que vivenciamos e considerando que tem cerca de dez anos que o Inesc atua com a mesma estrutura organizacional, resolvemos repensar a entidade. Para nos ajudar nessa reflexão contratamos a Múcua Consultoria Multidisciplinar que ficou encarregada de analisar o atual formato organizacional e realizar um censo institucional e, a partir dessas informações, propor estrutura e governança mais adequadas ao atual contexto no qual a organização se insere.

O processo começou em 2020 e se estendeu durante todo o ano de 2021. Foi realizado um censo por meio de questionários e entrevistas de profundidade com todas as pessoas que trabalham no Inesc. Os resultados do censo foram apresentados e debatidos com a equipe e, assim, no começo de 2022 será elaborado um novo desenho organizacional construído de maneira participativa com base na identidade, na experiência e valores dos mais de 40 anos de existência da instituição.

Em 2021 contratamos mais duas profissionais para o Inesc, uma para acompanhar as atividades do Congresso Nacional e outra para fortalecer a equipe de comunicação.

9.5 Contribuindo para a formação da equipe

Várias pessoas passaram por diversos processos de formação online em 2021. Além de subsidiar financeiramente a participação em cursos de idiomas de integrantes da equipe, apoiamos atividades de aprendizagem em redes sociais (Instagram e Twitter), em ferramentas virtuais participativas, em identificação de violência de gênero no local de trabalho, em gestão de projetos, em sistemas de monitoramento de agências (Logalto da Rainforest Norway Foundatione Opsys da União Europeia) e em assuntos conectados à temas de trabalho do Inesc como negociações de clima, educação, política monetária, justiça restaurativa em tempos de pandemia e incidência internacional em direitos humanos.

9.6 Buscando inovar

Do ponto de vista da gestão de projetos, inovamos ao implementar mecanismos de acompanhamento do empenho dos recursos acompanhados de reuniões regulares entre a gerente da área e as assessoras responsáveis pelos projetos. Esse processo deverá ser aperfeiçoado em 2022 quando implementaremos o Radar Gerencial.

Em relação à agenda temática, inovamos em várias áreas: dispusemo-nos a elaborar um guia que buscasse estabelecer as conexões entre a política monetária, a política fiscal e os direitos humanos, algo inédito. Com isso, esperamos munir nossos parceiros de argumentos para disputar as ações do Banco Central que, até o momento, beneficiam, sobretudo, o setor financeiro e os rentistas. Também abraçamos o desafio de realizar em parceria com a Vox Populi uma pesquisa de opinião pública sobre o ensino médio em tempos de pandemia. Pela primeira vez produzimos dados primários que possibilitaram a divulgação tempestiva de informações nacionais sobre os impactos da Covid-19 em adolescentes de 15 a 19 anos. Fomos ousados em desenvolver uma metodologia sui generis para calcular os custos para se realizar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA). O objetivo dessa iniciativa é munir comunidades indígenas de mais uma ferramenta para a captação de recursos para a defesa de seus modos de vida, especialmente considerando o contexto no qual a Política Nacional de Gestão Territorial das Terras Indígenas (PNGATI) vem sofrendo com a postura anti-indígena do governo Bolsonaro. Por fim, incorporamos nos nossos processos formativos ferramentas voltadas para pessoas com deficiência visual de modo a assegurar maior inclusão e diversidade nos nossos públicos.

Considerações finais – Desafios para 2022

Dois anos de pandemia da Covid-19 associados a um poder público federal que deixou a desejar contribuíram para aumentar as desigualdades existentes. De acordo com a Oxfam, no Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população) e esse fosso vem se agravando⁸.

O aumento das desigualdades, da pobreza, fome e desemprego na área social, e do desmatamento na área ambiental, são alguns exemplos das tristes mazelas que acometem a sociedade brasileira em tempos recentes. O ano de 2022, último do governo Bolsonaro, não será fácil. Não somente porque a economia irá crescer muito pouco segundo avaliações existentes, mas, também, porque as instituições federais responsáveis pelas políticas públicas vêm sendo progressivamente desmontadas, como ver alertando o Inesc⁹.

Além do mais teremos eleições presidenciais que poderão acontecer em um ambiente extremamente adverso alimentado por um poderoso ecossistema de *fake news* e atitudes violentas vindas da base de apoio da atual gestão federal. O resultado não está dado, pois apesar da queda de popularidade de Bolsonaro, o líder nas pesquisas, Lula, não passa de 50% das intenções de voto e considerando a “política de morte” promovida pelo presidente e seus aliados tudo pode ser esperado, inclusive tentativas de golpe ou de assassinatos.

No cenário internacional as expectativas também não são muito boas. A economia global deverá crescer menos do que previsto e a inflação anda rodando os países em percentuais acima do esperado. As enormes desigualdades na distribuição das vacinas, que deixam continentes e países à descoberto, dificultam o controle da Covid-19, a pandemia está longe de ser debelada.

E mais: crescentes tensões entre o Ocidente e a Ásia desaguaram no final de fevereiro de 2022 na guerra na Ucrânia declarada pela Rússia. Ainda são desconhecidos os impactos desse conflito bem como sua duração, mas, certamente, irá afetar a economia mundial bem como mudar as relações de poder na geopolítica mundial.

Encontramo-nos numa situação muito difícil, pois não melhora a economia, pioram as condições de vida da população brasileira e não vemos no horizonte respostas à altura dos problemas. Apesar desse quadro extremamente adverso a nossos valores e nossas lutas, continuaremos nos insurgindo. O nosso esforço será o de denunciar, resistir e propor, atuando localmente, nacionalmente e internacionalmente. Iremos, junto com outros, visibilizar as crescentes violações

⁸ A esse respeito ver o relatório A Desigualdade Mata, disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata>

⁹ A esse respeito ver os relatórios de análise dos orçamentos da União:

<https://www.inesc.org.br/umpaissufocado> e <https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade>

de direito. Iremos pressionar o poder público para reativar medidas necessárias ao enfrentamento das consequências da pandemia do novo coronavírus, especialmente nas áreas de saúde, educação e de assistência social com a implementação de programa permanente de transferência renda. Iremos monitorar os gastos públicos, avaliar os impactos das medidas de austeridade nos direitos humanos e demandar o fim das regras fiscais, em especial a de Teto de Gastos. Também trataremos de acompanhar as consequências das mudanças implementadas nas políticas públicas (i. e. desmonte de instituições, privatizações de serviços e bens públicos, mudanças nas regras do jogo por meio de decretos, projetos de lei e emendas constitucionais) no aumento da pobreza e das desigualdades. Diante das ameaças de destruição da Amazônia e do agravamento da crise climática, iremos intensificar nossa atuação na área socioambiental.

Será ainda nosso papel atuar mais intensivamente na reforma do sistema político, mais do que nunca necessária diante da crise da nossa democracia. Apresentaremos propostas concretas para a democratização do poder judiciário e dos meios de comunicação, sem a qual não há verdadeira reforma política. Manteremos nossas lutas na defesa do feminismo e da igualdade racial, pois sem essas dimensões não há verdadeira democracia. Aproveitaremos o processo eleitoral para dar visibilidade a nossas pautas e para denunciar propostas fascistas.

Daremos continuidade às nossas atividades de formação em Orçamento e Direitos voltadas para crianças, adolescentes, jovens e ativistas, de modo que possam fortalecer suas demandas e estratégias de incidência junto ao poder público. Essa maior atuação em âmbito local, na formação orçamentária em temas estratégicos do Inesc, nos possibilitará estar mais perto das pessoas e construir conjuntamente uma miríade de propostas que, esperamos, irão contribuir para dificultar o avassalador avanço das forças destruidoras de direitos e de políticas públicas que estão em marcha no país.

Continuaremos nossa atuação nos espaços internacionais de negociação, buscando resgatar a agenda de direitos bem como fortalecer os poderes públicos. Atuaremos para que guerras provocadas por homens brancos e ricos, alheios aos interesses dos povos, não provoquem mais exclusão e miséria. Incidiremos junto com outros para que os acordos de clima e de comércio bem como as estratégias das instituições financeiras internacionais não descambem de vez para a defesa dos interesses do capital e dos poderosos. Continuaremos trabalhando para promover mudanças estruturais que resultem numa sociedade socialmente e ambientalmente justa, participativa e inclusiva. Participaremos ativamente de iniciativas, de âmbito local e internacional, que defendem outra forma de viver. A tarefa não será fácil em 2022, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

Anexo 1 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes e articulações, em algumas delas integra as instâncias de animação.

Em âmbito distrital:

- Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF.
- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.
- Observatório de Militarização das Escolas do DF.

Em âmbito nacional:

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades.
- Abong – Associação Brasileira de ONGs.
- Alerta.
- Articulação Nacional pela Socioeducação.
- Campanha A Renda Básica que Queremos.
- Campanha Fora Bolsonaro.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Coalizão Socioeducação.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.
- Fopir – Fórum Permanente pela Igualdade Racial.
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.
- Frente Brasil Popular.
- Grupo Carta de Belém.
- GT Infraestrutura.
- JusDh – Rede Justiça e Direitos Humanos
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- MNI – Mobilização Nacional Indígena.
- Observatório do Clima.
- OGP – Integrante do GT da Sociedade Civil
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil.
- Projeto Brasil Popular.
- RAC – Rede de Advocacy Coletivo.
- Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede Ativistas pela Educação do Malala Fund.

Em âmbito internacional:

- Campanha Global DesmATElemos o Poder Corporativo e Coloquemos Fim à Impunidade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.
- Clacso – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
- Comitê Impulsor da iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos.
- FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONG.
- Fórum Social Mundial Justiça e Democracia.
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho Justiça Fiscal e Direitos Humanos da *Global Alliance for Tax Justice*.
- Grupo de Trabalho sobre BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- Lateral.
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Economica y Social
- RJFALyC – Rede de Justiça Fiscal de América Latina e Caribe.
- Tribunal Popular Internacional sobre o Sistema de Justiça.
- Stop EU-Mercosur Agreement.

Anexo II – Resultados alcançados em 2021

Alcance: 57.986 pessoas.
(54% Mulheres, 46% Homens)
615 atividades

	Lógica da intervenção	Indicadores	Linha de Base	Resultado em 2021	Metas para o Quadriênio
Objetivo Geral (OG) Impacto	OG: Defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global.	IOG: Percepção das principais partes interessadas (apoiadores, parceiros, governos, fundações, Nações Unidas, mídia, beneficiários etc.) sobre o papel do Inesc	Avaliação externa realizada em 2016 na qual o Inesc tem atuação positiva, mas precisa aperfeiçoá-la considerando novo contexto político, social, econômico e cultural	A meta foi atingida, conforme resultado da avaliação externa, concluída em 2021	Consolidar e ampliar essa atuação aperfeiçoando ações de comunicação e inovação, produzindo novos conteúdos, ampliando o alcance e dialogando com novos públicos
Objetivos Específicos (OE)	OEI: Reforçar capacidades na sociedade civil em <i>Orçamentos e Direitos</i> .	IOEI: Número e perfil de organizações da sociedade civil que foram formadas e que passaram a atuar tendo como referência a metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	0	3 Movimento Mobiliza Japeri, Apoinme, Conaq	15

	OE2. Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.	IOE2: Número de propostas apresentadas e consideradas pelos Executivo, Legislativo ou Judiciário	6	38	20
	OE3. Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político.	IOE3: Número de organizações, movimentos e coletivos participando ativamente da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	29	127	40
	OE4. Promover o direito às cidades.	IOE4: Número de medidas apoiadas pelo Inesc e consideradas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, incluindo o Movimento Nossa Brasília.	9	2	40

<p>OE5. Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.</p>	<p>IOE5: Número de citações na mídia referentes à participação do Inesc (individualmente ou em representação de coletivos e articulações dos quais faz parte) em espaços regionais e globais de governança.</p>	<p>27</p>	<p>304</p>	<p>165</p>
<p>OE6. Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade.</p>	<p>IOE6: Número de públicos e perfil engajados pelo Inesc cresce e se diversifica</p>	<p>Foi feito estudo de linha de base em março de 2017: o público engajado com o Inesc (via mídias sociais) é sobretudo urbano, do DF, RJ e SP. É majoritariamente branco, casado, heterossexual e com elevada escolaridade. A maior parte é de funcionários públicos com renda média mensal que varia de R\$ 4,6 mil a R\$ 9,5 mil. Se declaram ativistas dos direitos humanos.</p>	<p>A análise das redes sociais do Inesc realizada em 2021 revela que o público do Inesc rejuvenesceu.</p>	<p>Perfil de jovens universitários sensíveis ao combate as desigualdades e defensores da democracia e dos direitos humanos</p>

	OE7. Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.	IOE7: Inesc mais efetivo, eficiente e pertinente e gerando impactos.		Meta parcialmente alcançada. O Inesc aprimorou sua gestão, mas deve melhorá-la	Mais efetividade, eficiência, pertinência em relação à 2016
Resultados (R)	R1.1 Crianças, adolescentes e jovens formados em Orçamento e Direitos protagonizam ações para transformar sua realidade.	I-1.1.1 Número de crianças, adolescentes e jovens formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	309	90	800
		(51%M, 49%H)	(63%M; 37%H)		
		I-1.1.2 Número de ações de incidência de crianças adolescentes e jovens realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .	34	10	80
	R1.2. Ativistas sensibilizados e formados em Orçamento e Direitos e Orçamento Temático incidem na defesa de seus direitos.	I-1.2.1 Número de ativistas sensibilizados e formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	110 sensibilizados	442 sensibilizados	270
(42%M, 58%H)			(63%M; 37%H)		
0 formados (incluindo tutoria)			184 (70%M; 30%H)		
I-1.2.2 Número de ações de incidência de ativistas realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .		1	8	63	

	R2.1. Informação produzida pelo Inesc fortalece os debates sobre orçamento e direitos e sobre justiça fiscal.	I-2.1.1 Número de citações (em notas, artigos, estudos, mídias) ao Inesc ou equipe referentes à temas de orçamento e justiça fiscal.	588	1.485	1.500
	R2.2. Ações de mobilização e campanhas protagonizadas pelo Inesc contribuem para evitar retrocessos de direitos.	I-2.2.1 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados) e campanhas protagonizadas pelo Inesc ou equipe com outros.	55	233	250
		I-2.2.2 Número de medidas consideradas pelo poder público a partir da incidência do Inesc com outros.	6	38	24
	R2.3. Ações de incidência na área socioambiental fortalecem a defesa de direitos territoriais, especialmente na Amazônia.	I-2.3.1 Número de respostas de órgãos do governo federal às informações produzidas e às ações de incidência realizadas.	0	3	3
		I-2.3.2 Número de medidas consideradas pelo BNDES na sua Política de Entorno de Projetos na Amazônia a partir de demandas do Inesc e parceiros.	1	0	3

	I-2.3.3 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados, etc.) e campanhas protagonizadas pelo Inesc com outros em defesa dos direitos socioambientais e sobre a política de responsabilidade socioambiental do BNDES.	3	38	16
R3.1. Ação do Inesc pauta a reforma política junto à opinião pública e na agenda de coletivos e novos sujeitos para evitar retrocessos.	I-3.1.1 Número de acessos ao site da Reforma do Sistema Político.	820 mil acessos mensais em média	17.650	825.000
	I-3.1.2 Número de citações ao Inesc ou equipe na mídia sobre reforma do sistema político.	172	200	650
R3.2. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político reconfigurada, com novos sujeitos, estratégias e conteúdos.	I-3.2.1 Número de novos sujeitos incorporados na Plataforma.	0	22	10

<p>R4.1 Rede Cidades fortalecida para influenciar a agenda de mobilidade urbana no Brasil.</p>	<p>I-4.1.1 Número de medidas consideradas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede e suas associadas.</p>	0	0	10
	<p>I-4.1.2 Número de iniciativas tomadas pelos movimentos formados nas metodologias <i>Orçamento e Direitos</i> e <i>Orçamento Temático</i> a partir da formação.</p>	0	0	60
<p>R4.2 Movimento Nossa Brasília consolidado como sujeito influente nas agendas de cultura, mobilidade urbana, resíduos sólidos, agricultura urbana e em demandas da Cidade Estrutural.</p>	<p>I-4.2.1 Número de citações ao Movimento Nossa Brasília nas mídias.</p>	132	34	520
	<p>I-4.2.2 Número de ações protagonizadas pelo Nossa Brasília.</p>	44	11	160
	<p>I-4.2.3 Número de ações protagonizadas pelo Inesc com outros promovendo direitos na Cidade Estrutural (boletins do OCA, audiências públicas, reuniões com gestores, reuniões do Fórum Lixo e Cidadania etc.).</p>	21	0	100

	R5.1 Vozes de coletivos e articulações brasileiras fortalecidas pela ação do INESC nos espaços de governança global.	I-5.1.1 Número de ações de coletivos e articulações brasileiras realizadas em espaços globais de governança.	2	42	8	
	R5.2 Processos e articulações regionais e globais influenciados.	I-5.2.1 Número de propostas do Inesc incorporadas pelos parceiros em articulações regionais e globais.	2	8	8	
	R6.1 Novos públicos (indivíduos não organizados, potenciais doadores etc.) e novos sujeitos políticos (coletivos de jovens, mulheres, LGBTI, de cultura, de temas urbanos entre outros) sensibilizados e engajados nas pautas do INESC.	I-6.1.1 Número de pessoas que recebem o mailing do INESC.	3.500	5.449	6.000	
		I-6.1.2 Número de visualizações e alcance dos conteúdos do site e das redes sociais.	Site: 1.000 acessos/dia		663	1.800
			Facebook: 15 mil curtidas		23.152	21.000
			Facebook 2.000 de alcance/dia		4.803	4.500
			Youtube 30 mil visualizações e		163.800	150.000
			Twitter 1.255 seguidores		6.474	1.600
		Instagram 0		4.555	-	
	I-6.1.3 Número de referências em publicações da grande mídia e mídia alternativa e digital.	1.150	3.731	3.000		
I-6.1.4 Número de doadores individuais ao Inesc	2	18	100			

	R6.2 Política e Planos de comunicação do Inesc construídos e implementados.	I-6.2.1 Proporção da Política e do Plano de Comunicação implementada.	0	90%	70%
	R7.1. Política de Sustentabilidade do Inesc definida e incorporando a captação de recursos financeiros junto a indivíduos.	I-7.1.1 Proporção da implementação da Política de Sustentabilidade e do Plano de captação de recursos junto a indivíduos.	0	80%	70%
	R7.2 Sistema de PMAS aprimorado e orientado por resultados contribui para a prestação de contas e a ampliação da eficiência e efetividade do Inesc.	I-7.2.1 Proporção do Banco de Dados de monitoramento de resultados construído, com atribuições e responsabilidades claras e gerando relatórios.	10%	90%	70%
		I-7.2.2 Número de análises de risco monitoradas.	Acontece informalmente	1	3

<p>R7.3 Políticas e Planos Administrativo-Financeiro e de Recursos Humanos e consolidação de espaços de inovação fortalecem capacidades institucionais.</p>	<p>I-7.3.1 Número de softwares que integrem os processos de gestão financeira e contábil implantados.</p>	0	1	1
	<p>I-7.3.2 Número de pagamentos efetuados por meio do sistema bancário</p>	0	100%	100%
	<p>I-7.3.3 Número de profissionais do Inesc participando de processos de formação.</p>	0	62%	50%
	<p>I-7.3.4 Número de ações de inovação implementadas</p>	2	5	6